



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná
Departamento Acadêmico de Gestão e Economia
Universidade Aberta do Brasil
Especialização em Gestão Pública Municipal



FERNANDA SCHAMBAKLER

**MULHER BRASILEIRA, PROTAGONISTA PRINCIPAL DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO COMPARADO.**

CURITIBA (PR)
2012

FERNANDA SCHAMBAKLER



**MULHER BRASILEIRA, PROTAGONISTA PRINCIPAL DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO COMPARADO.**

Monografia de conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA Prof Orientador Jorge Carlos C. Guerra. LD

CURITIBA (PR)
2012

Dedicatória

Dedico este trabalho as pessoas que acreditam e reconhecem o trabalho na Assistência Social como espaço de defesa e ampliação de direitos, de reconhecimentos dos usuários dessa política como sujeitos coletivos e de direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela saúde e capacidade de conseguir estudar, lutar pelos meus sonhos e acreditar que tudo posso e que ele me fortalece mesmo nos momentos de angústia e desânimo.

Agradeço aos meus pais que sempre fizeram de tudo para que eu nunca desistisse das oportunidades que apareceram em minha vida e das palavras de conforto e incentivo para jamais desistir.

A minha irmã Ana Paula que sem ela não teria esta visão de crescimento profissional que só tem a acrescentar em minha vida.

Ao meu namorado, amigo e companheiro Rafael que sempre me incentivou com suas palavras de conforto para que eu sempre fosse em frente, sempre com muita paciência, carinho e com muito amor me acalentando nos maiores momentos de fraqueza.

Agradeço ao orientador, professor Guerra pela sua dedicação e conhecimentos repassados. Mesmo distante e nos momentos em que desanimei ele esteve pronto para me apoiar e juntos acreditamos na concretização desta conquista.

Agradeço à todos que de alguma forma me incentivaram a continuar essa caminhada longa mas que no final vou colher bons frutos.

RESUMO

SCHAMBAKLER, Fernanda. **Mulher Brasileira, Protagonista Principal do Programa Bolsa Família: Um Estudo Comparado.** 72 f. Monografia Especialização em Gestão Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2013.

Este trabalho tem por objetivo compreender o papel das mulheres enquanto titulares do cadastro de pessoas carentes do Governo Federal, suas responsabilidades pelo cumprimento das condicionalidades de saúde e educação, bem como a importância que tem em suas vidas o Programa Bolsa Família. A pesquisa é de natureza Qualitativa. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados foram: a Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Entrevista semi-estruturada. Desta forma, realiza-se um resgate histórico sobre a trajetória da Proteção Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, os obstáculos enfrentados por este sistema com a crise dos anos 80 e 90 do século passado que geraram desemprego e pobreza no país. Contextualizou-se os primeiros programas de transferência de renda e a unificação com o Programa Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda já implementado como Proteção Social no Brasil. É focado a importância das mulheres como as responsáveis pelo benefício. Através das entrevistas realizadas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família em Telêmaco Borba (PR), é analisada a contribuição gerada pela transferência de renda, a atuação das mulheres no cumprimento das condicionalidades, bem com o impacto do programa no cotidiano de suas famílias.

Palavras-chave: Proteção Social, Programa Bolsa Família, Mulheres, Transferência de Renda.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BVG	Benefício Variável à Gestante
BVJ	Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
BVN	Benefício Variável à Nutriz
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
Cadúnico	Cadastramento Único
DGB	Divisão de Gestão de Benefícios
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NIS	Número de Identificação Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SER	Secretarias Executivas Regionais
SIBEC	Sistema de Benefícios ao Cidadão
SIVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SOS	Serviço de Obras Sociais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os Antigos Programas de Transferência de Renda antes da Unificação	18
Quadro 2 – Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70,00	22
Quadro 3 – Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa	22
Quadro 4 – Composição de valores	24
Quadro 5 – Principais diferenças nas Condicionalidades entre o Benefício Variável e o Benefício Variável Jovem	26
Quadro 6 – Perfil das Beneficiárias Entrevistadas no município de Ponta Grossa	39
Quadro 7 – Compromissos das famílias nas áreas de Saúde, Educação	46
Quadro 8 – Perfil das Beneficiárias Entrevistadas no município de Telêmaco Borba	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 JUSTIFICATIVA	09
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 METODOLOGIA	11
1.4 DESENVOLVIMENTO DA MONOGRAFIA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 A PROTEÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	14
2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	17
2.3 CONDICIONALIDADES	25
2.4 A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES COMO AS RESPONSÁVEIS PELO BENEFÍCIO	28
3 MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA DE FORTALEZA(CE)	32
3.1 MULHERES DE FORTALEZA (CE)	33
4 MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA DE PONTA GROSSA(PR)	38
4.1 AS MULHERES COMO AS RESPONSÁVEIS PELO BENEFÍCIO	40
4.2 CONDICIONALIDADES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO.....	46
5 MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA DE TELÊMACO BORBA (PR)	50
5.1 METODOLOGIA DO CASO	50
5.2 PERCEPÇÕES DAS MULHERES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TELÊMACO BORBA (PR).....	51
6 COMPARAÇÕES DOS RESULTADOS DE TELÊMACO BORBA (PR), PONTA GROSSA (PR) E FORTALEZA (CE)	63
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa	72

1 INTRODUÇÃO

Com o contexto do fim da ditadura militar no Brasil momento em que a população sonhava com melhores condições de vida e redução da pobreza. O país passava por um período de dificuldade financeira, baixo crescimento econômico e uma grande desigualdade, já que o Estado não priorizava a área social, investindo somente na área econômica, tornando a vida da população ainda mais difícil.

Diante deste fato, foi promulgada a Constituição Federal de 1988 que trouxe em seu contexto novas perspectivas para os direitos civis, políticos e sociais, que dessa forma, contribuiu para tornar a Assistência Social uma política social, defendendo os direitos sociais da população.

O Programa Bolsa Família está dentro da proteção social básica e faz parte do eixo de proteção social brasileiro. É um programa de transferência de renda que tem como objetivo o enfrentamento a fome e a pobreza no Brasil, contribuindo para o exercício dos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação através do cumprimento das condicionalidades.

Partindo do pressuposto que são as mulheres as responsáveis pelo recebimento do benefício e que, a responsabilidade de assuntos familiares geralmente recai sobre elas, o Programa Bolsa Família também deposita nessas mulheres, titulares do benefício, a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, embora o programa enfatize que a responsabilidade é de toda a família.

Sendo assim, a intenção deste trabalho é compreender quais são as responsabilidades das mulheres enquanto titulares do cadastro, a responsabilidade pela execução das condicionalidades e a importância que têm em suas vidas a transferência de renda enquanto protagonistas do Programa Bolsa Família, fazendo um comparativo entre as mulheres de Fortaleza (CE), Ponta Grossa (PR) e de Telêmaco Borba.

1.1 JUSTIFICATIVA

Após dois anos de estágio na Divisão de Gestão de Benefícios na Secretaria Municipal de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa onde funciona o Cadastramento Único e o Programa Bolsa Família foi desenvolvido o

TCC nesta divisão, sendo o tema as mulheres responsáveis pela transferência de renda do programa bolsa família no município de Ponta Grossa.

Devido a essa experiência, sendo ela impulso principal que motivou a pesquisa presente que, novamente dá oportunidade de trabalhar diretamente com as famílias inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família, no intuito de compreender o seu papel enquanto titulares do cadastro único.

Foi pensando nas mulheres como responsáveis pelo recebimento da transferência de renda, justamente como protagonistas, pois tudo o que está relacionado ao programa está ligado a elas.

Parte-se do pressuposto que são as mulheres brasileiras as responsáveis pelo recebimento do benefício e que, a responsabilidade de assuntos familiares geralmente recai sobre elas, o Programa Bolsa Família também deposita nessas mulheres, titulares do benefício, a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, embora o programa enfatize que a responsabilidade é de toda a família.

Nota-se que o Programa Bolsa Família impacta diretamente na vida dessas mulheres pelo simples fato delas comandarem tudo o que está relacionado ao programa, o que demonstra a emancipação das mulheres diante das circunstâncias em que elas sempre estiveram, dependência financeira e a falta de autoridade.

1.2 OBJETIVOS

1.2 Objetivo Geral

Comparar os impactos na vida das mulheres responsáveis pelo recebimento do benefício do Programa Bolsa Família nos municípios de Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Fortaleza.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Explicitar o Programa Bolsa Família do Governo Federal;
- Descrever o papel das mulheres, enquanto titulares do cadastro único nos municípios de Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Fortaleza;

1.3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, utilizar-se-á da Pesquisa qualitativa, entendendo que esta proporciona uma maior aproximação com os sujeitos, buscando um maior entendimento dos fatos e reconhecendo o sujeito em sua singularidade. De acordo com Minayo, (2001,p.21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito peculiares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos são a Pesquisa Bibliográfica que segundo Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 35):

Tem sua classificação justificativa no tipo de recurso que utiliza: é um tipo de pesquisa que investiga idéias, conceitos, que comparar posições de diversos autores em relação a temas específicos e faz crítica sobre estas idéias e conceitos.

A investigação feita sobre a Constituição Federal de 1988, a unificação dos programas de transferência de renda no Brasil e demais assuntos, exigiu um levantamento do material bibliográfico para fazer o resgate histórico e conceitual do tema, bem como o restante dos assuntos abordados no trabalho.

Conforme Gil (1994), a pesquisa documental é muito semelhante à bibliográfica, o que diferencia as duas pesquisas é o uso das fontes dos materiais consultados. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa vale-se de materiais que não receberam, até o momento da consulta, um tratamento científico ou podem receber modificações futuras. Determinados registros tem como características o fato de servirem como documentos de situações que ocorreram no passado, sejam afastados ou recentes, os registros podem ser utilizados como fonte confiável de dados, desde que se tenha certeza que o documento é autêntico.

A Pesquisa Documental foi importante, pois foram utilizados documentos como informes no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Programa Bolsa Família, Instruções acerca do cadastramento das

beneficiárias junto ao Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), bem como o Cadastramento Único (Cadúnico).

Segundo Lakatos e Marconi (1986) entrevista é um encontro entre as duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar o diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Entrevista semidirigida ou semi-estruturada: é aplicada a partir de um pequeno número de perguntas, para facilitar a sistematização e codificação. Apenas algumas questões e tópicos são pré-determinados. [...]. O entrevistador que optar por perguntas abertas deve estar bem preparado no sentido de ter uma boa percepção da relação que está sendo construída e, ao mesmo tempo, não fugir da intenção da pergunta, mas manter uma relação ética com o entrevistado. Mesmo quando se utiliza um roteiro, as entrevistas oferecem ao entrevistador uma amplitude considerável de questões.[...]. (RIZZINI; CASTRO; SARTOR, 1999, p. 63).

A entrevista semi-estruturada que faz com que o entrevistador tenha controle do que realmente deseja saber, podendo retornar ao tema quando for necessário ou quando o entrevistado desviar do assunto proposto.

Para definir as áreas de coleta dos dados através da entrevista com as beneficiárias do Programa Bolsa Família, optou-se pelo CRAS Monte Alegre onde funciona também nas mesmas instalações o Cadastro Único que gerencia o Programa Bolsa Família no âmbito do município de Telêmaco Borba.

1.4 DESENVOLVIMENTO DA MONOGRAFIA

A monografia é composta por 5 capítulos, em seu Capítulo 1, introdução, que apresenta o escopo de todo o trabalho. Sendo sua introdução composta pela justificativa do tema escolhido, a articulação do problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a metodologia da pesquisa utilizada para seu desenvolvimento.

O Capítulo 2 parte do referencial teórico para alcançar o conhecimento da pesquisa proposta, mostra-se como foi o trajeto da proteção social no Brasil a partir da década de 80, a implantação dos primeiros programas de transferência de renda no país e o processo de unificação com o Programa Bolsa Família, considerado este o maior programa de enfrentamento da fome e da pobreza já implantado, fazendo parte do eixo de Proteção Social. Aborda o conceito de feminização da pobreza e

mostra que a maior incidência da pobreza é das mulheres chefes de família, sobretudo a importância delas serem as responsáveis pelo recebimento do benefício adquirido. Faz-se um comparativo entre as mulheres de Ponta Grossa (PR) e as mulheres de Fortaleza (CE).

O capítulo 3, apresenta o universo da pesquisa e a caracterização dos sujeitos pesquisados, posteriormente, as análises das entrevistas que se procura compreender as responsabilidades das mulheres enquanto titulares do cadastro e pela execução das condicionalidades, bem como a importância que têm em suas vidas a transferência de renda do programa. Mostra o estudo comparativo das percepções das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Telêmaco Borba (PR), compara-se aos resultados de Ponta Grossa (PR) e Fortaleza (CE), como também o resultado desta comparação.

O Capítulo 4, é composto das considerações finais, com o resultado da pesquisa, com as comparações realizadas sobre as mulheres dos três municípios pesquisados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os subcapítulos expostos farão referência à proteção social a partir da Constituição Federal de 1988, a unificação dos programas de transferência de renda no Brasil, o Programa Bolsa Família e as Mulheres no Programa Bolsa Família.

2.1 A PROTEÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Com o fim da ditadura militar no início da década de 80, a pobreza e a miséria no Brasil aumentavam, atingindo seu ápice e fazendo parte das manifestações da exclusão social. A situação se agravou com as transformações do capitalismo no decorrer do século XX com o crescimento da riqueza, como também da pobreza, o que levou ao alargamento das precárias condições de vida da população.

De acordo com Costa (2006), as circunstâncias que a década de 80 passou pode ser medida pela crise entre as forças políticas que eram representadas no Estado e a grande mobilização civil que era almejada para aceitação de uma nova constituição federal de 1988, tendo os direitos sociais garantidos e a ampliação da cidadania.

Para Costa (2006), a CF/88 surge numa conjuntura histórica, a qual a Europa e os Estados Unidos lutavam pelo fim do Estado de Bem-Estar Social que continuava a caminhar onde no Brasil, lutávamos para uma tentativa de transformação do Estado com intuito de descentralizar o poder e o surgimento dos direitos sociais, sendo este motivo impulso principal para adesão da Assistência Social como uma política pública incluída no conceito de seguridade social.

A mudança na economia do país, com a crise no mercado de trabalho e as condições dos trabalhadores e dos excluídos do mercado de trabalho, a Constituição Federal de 1988 trouxe novas percepções para os direitos civis, políticos e sociais. De acordo com Mota, Maranhão e Sitcovisky (2008) a Constituição Federal de 1988 a sociedade brasileira conseguiu que as demandas de proteção fossem adotadas pelo Estado pelo meio de um sistema público de proteção social que incluí a política de saúde, previdência e assistência social.

Promulgada no Brasil a Constituição de 1988, trouxe a Assistência Social inserida na Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. A

Assistência Social passou a ser exigida como um direito do cidadão, e também, como política social. Para Mota, Maranhão e Siticovisky (2008) as políticas de Seguridade Social, a qual abrange a Assistência Social, só podem ser apreciadas como fruto histórico das lutas dos trabalhadores no alcance em que possam contestar as necessidades movidas em princípios e valores socializados pelo campo do trabalho e adotados pelo Estado.

A Seguridade Social forma um tripé dos direitos considerados como essenciais para os trabalhadores, para assegurar o direito à vida e para a inclusão na dinâmica da sociedade capitalista.

De acordo com Correia e Bacha (1988 *apud* SIMÕES, 2009, p. 99): “na *saúde*, a ação de prevenção, proteção e recuperação; na *previdência social*, a perda ou redução de renda; na *assistência social*, a seleção, prevenção e eliminação dos riscos e vulnerabilidades social”.

A Assistência Social após a Constituição Federal passou a ser uma Política de Seguridade Social não contributiva e garante os mínimos sociais, trabalhando no enfrentamento da pobreza e na universalização dos direitos sociais do cidadão.

Para Costa (2006), com a regulamentação da assistência social no ano de 1993 através da LOAS, revelou que a mobilização da sociedade civil determinava a concretização dos direitos sociais conquistados com a CF/88, induzindo à debates sobre a capacidade financeira do Estado em receber o conjunto de demandas sociais criadas pela Constituição.

Segundo Couto (2006), após cinco anos da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social passou a ser uma lei ordinária, sendo a última dentro da seguridade social a ser regulamentada. Para Couto (2006, p. 171), “a lei nº 8.742/93, finalmente regulamentou a assistência social como política social de cunho público e não-contributiva, credenciando-a, portanto, no campo dos direitos sociais”. Também sendo regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e passando a ser um Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O Benefício de Prestação Continuada é destinado a idosos, inicialmente, com mais de 70 anos, sendo posteriormente reduzido para 67 anos e no dia 01/10/2003, com a sanção do Estatuto do Idoso pelo Presidente da República, a idade foi reduzida para 65 anos, conforme já indicava a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, sancionada em 1993. (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2008a, p. 37).

De acordo com SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI (2008) o BPC sendo ele um benefício no valor de um salário mínimo é também conferido a pessoas portadoras de deficiência que não tenham como prover seu próprio sustento e que vivam em famílias onde a renda *per capita* é inferior a um quarto do salário mínimo, sendo este requisito exigido também para os idosos.

A LOAS representa um passo importante para a Assistência Social, com suas regulamentações e a implementação da Assistência Social como Política Pública, passando a garantir os direitos aos mínimos sociais.

De forma inovadora a LOAS prevê a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho; à habilitação de pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária; [...]. (COUTO, 2006, p. 26)

Não somente o BPC como outros benefícios podem ser identificados dentro da Proteção Social, algumas contributivas e outras não-contributivas. Para Silva (2008, p. 37), “Além do salário mínimo, instituído para os trabalhadores, as aposentadorias urbanas e rurais, de caráter contributivo, o Seguro-Desemprego, [...]”.

Dentro da Proteção Social considera-se também os Programas de Transferência de Renda, que surgiram no momento em que o Brasil passava por grandes transformações econômicas e sociais. Mais especificamente, a reforma dos anos 90, que tinha como cunho ideológico o neoliberalismo, como um ideal voltado para o crescimento econômico tornando-se mínimo na área social e máximo na acumulação do capital.

No que se refere ao mercado de trabalho a partir de 1990, observa-se um aumento do desemprego, a propagação dos trabalhos informais por falta de postos de trabalhos assalariados com carteira assinada, levando a uma redução na renda dos trabalhadores.

Para SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI (2008a), a década de 90 foi um período de intenso contrassenso na área do bem-estar social no Brasil. Com isso, obteve-se um avanço no plano político-institucional, tendo sua representação através da seguridade social e dos princípios de descentralização e participação social, emitidos na Constituição Federal de 1988. Por outro ângulo, na área da

intervenção estatal no social, foi lutado para a diminuição dos critérios cada vez menores de corte de renda para definição da linha de pobreza, para admitir a entrada da população nos programas de transferência de renda que tiveram maiores proporções a partir de 2001.

Com isso, percebe-se a importância dos Programas de Transferência de Renda que são considerados por Maia (2010, p. 2) “Como Eixo Prevalente no Atual Sistema de Proteção Social, situando-se no âmbito das transformações econômicas e societárias que vêm marcando a reestruturação do capitalismo mundial”.

2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Neste capítulo mostra-se a importância do Programa Bolsa Família como um programa de enfrentamento da pobreza no país, fazendo parte do Eixo de Proteção Social Brasileiro.

Segundo Silva (2008a), os Programas de Transferência de Renda foram criados numa conjuntura socioeconômica marcada pelo crescimento desgovernado do desemprego, juntamente pelo incremento de formas de ocupações precárias e instáveis, sem a proteção social garantida pela previdência social pela diminuição do rendimento da renda vinda do trabalho, o aumento da violência, principalmente nos grandes centros urbanos, como também pelo aumento dos índices de pobreza e da desigualdade social.

Em anexo é reportado como se deram a implementação dos primeiros programas de transferência de renda implementados no Brasil até a unificação dos programas remanescentes e a instituição do Programa Bolsa Família.

Tendo em vista, que alguns dos programas de transferência de renda mínima estavam distribuídos em Ministérios diferentes, houve a necessidade de unificar os programas em um só programa. Segundo Maia (*apud* BRASIL, 2002, p. 05):

A instituição do Programa Bolsa Família decorreu da necessidade da unificação dos programas de transferência de renda no Brasil. Conforme diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento elaborados durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Neste contexto, a equipe do governo Lula depois de fazer um diagnóstico sobre os programas existentes, relatou os seguintes problemas pela implementação de Programas de Transferência de Renda.

De acordo com SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, (2008a) sendo preparado para minimizar: a ocorrência de programas sobrepostos concorrendo nos objetivos e em seu público-alvo; perda de recursos pela inexistência de uma coordenação geral e o afastamento dos programas em ministérios distintos; ausência de planejamento e mobilidade de pessoas executoras que façam contatos por falta de vínculos entre os programas; alocações orçamentárias insuficientes, com o não atendimento do público-alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados, etc. Frente aos problemas citados, a referida equipe fez recomendações para a criação de um Programa de Transferência de Renda Nacional unificado.

Ainda de acordo com SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, (2008) correção dos problemas no Cadastro Único para sua efetivação e reformulação do formulário de dados para transformá-lo em instrumento de planejamento local e nacional; Revisão do papel da Caixa Econômica Federal para se tornar agente operador e também pagador dos benefícios transferidos às famílias beneficiárias do Programa; Redefinição da renda familiar *per capita* para a inserção das famílias nos programas; etc.

Conforme o Quadro 1, verifica-se quais eram os programas remanescentes anteriores que foram unificados e as diferenças dos seus valores.

Programa	Legislação	Elegibilidade	Valor
Bolsa Escola	Lei nº 10.219, de 11/04/2001, e Decreto nº 4.313, de 24/07/2002	Renda familiar mensal de até R\$ 90,00 por pessoa, com crianças de 6 a 15 anos	R\$ 15,00 – benefício mensal por criança, até o limite de R\$ 45,00.
Bolsa Alimentação	MP nº 2.206-1, de 6/09/2001, e Decreto nº 3.934, de 20/09/2001	Gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses em risco nutricional	R\$ 15,00 – benefício mensal até o limite de R\$ 45,00.
Auxílio – Gás	MP nº 18, de 28/12/2001, e Decreto nº 4.102, de 24/01/2002	Renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$ 7,50 – benefício mensal pago bimestralmente (R\$ 15,00 a cada dois meses).
Cartão Alimentação	Lei 10.689, de 13/06/2003, e Decreto 4.675, de 16/04/2003	Renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$ 50,00 – benefício mensal pago à família

Quadro 1 - Os antigos Programas de Transferência de Renda antes da Unificação
 Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Manual de Gestão de Benefícios, 2008, p. 7 - 8.
 Nota: organizado pela autora

Baseado nos argumentos que justificam a unificação dos Programas é que se pode entender sua importância e perceber a necessidade da unificação dos cadastros. O uso de somente um cartão para o recebimento do benefício, não havendo duplicidade de pagamento e adoção de um mesmo fundo para concentrar os recursos determinados para os Programas de Transferência de Renda, reduzindo os custos e tendo uma melhoria na gestão. Sendo um programa voltado para todos, sem a exclusão de alguns membros da família.

Pensar a unificação importa considerá-la não como mero mecanismo de gestão, mas como um processo que deve ser colocado a serviço de um Sistema de Proteção Social universal, capaz de entender todas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade, considerando a multidimensionalidade e o caráter estrutural da pobreza e da fome no Brasil. (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2008, p. 137).

O Programa Bolsa Família foi considerado por seus idealizadores como uma evolução dos Programas de Transferência de Renda ao introduzir a perspectiva da responsabilidade dividindo entre União, Estados e Municípios em um único programa, sendo considerado um passo à frente e importante no campo das Políticas Sociais (FONSECA, 2003 *apud* SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2008a, p. 135).

Para Silva (2008b) a sugestão para todo o conjunto de programas de transferência de renda espalhados e deslocados no âmbito municipal, estadual e federal, surgiu a necessidade de unificação dos mesmos. Sendo esta ideia consolidada com a criação do Programa Bolsa Família, idealizado em 2003 e sendo institucionalizado pela Lei n. 10. 836, de 09/01/2004.

Fica então instituída a “política intersetorial do governo federal voltada ao enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento da família em situação de vulnerabilidade socioeconômica”, conforme determina a Portaria n.666, de 28 de dezembro de 2005, que disciplina a integração entre Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. (SILVA, 2008b, p. 33).

Essa integração entre o Programa Bolsa Família com o Programa de Erradicação do trabalho Infantil teve algumas mudanças em sua forma de atuação, e também, sobre as responsabilidades como seus objetivos de acordo com Guia do Gestor (BRASIL, 2006, p. 34):

- ampliar o acesso das famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil aos benefícios da transferência de renda;
- ampliar as ações socioeducativas e de convivência, também chamadas de jornada ampliada, para essas crianças ou adolescentes;
- fortalecer o acompanhamento da frequência à escola e aos serviços de saúde dessas crianças e jovens;
- regularizar e facilitar o pagamento dos benefícios às famílias dessas crianças e adolescentes, por meio do uso do cartão magnético;
- racionalizar a gestão dos dois programas.

Conforme o Guia do Gestor (BRASIL, 2006) as famílias do Peti que foram migradas para o Bolsa Família mantiveram sua participação nas ações socioeducativas e de convivência sem prejudicar o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação do Bolsa Família. Tendo ainda, que dar continuidade às atividades socioeducativas e de convivência por parte das famílias em situação de trabalho infantil, caso não sejam cumpridas as famílias correm o risco de não ter seu benefício liberado de acordo com o regulamento específico do MDS.

A unificação dos Programas remanescentes anteriores e a Criação do Programa Bolsa Família direcionados as famílias pobres teve como prioridade o enfrentamento à fome e à pobreza. Sendo então, seu foco voltado para as famílias entendidas como segundo Silva (2008b, p. 36): “unidade nuclear, eventualmente ampliada por pessoas ligadas por laços de parentesco ou afinidade, constituindo um grupo doméstico que partilha teto e a manutenção da família com a contribuição de seus membros”. Além de proteger o grupo familiar de acordo com Silva (2008b, p. 36): “representado, preferencialmente pela mãe; pela elevação do valor monetário do benefício; pela simplificação e pela elevação de recursos destinados a programas dessa natureza, [...]”.

O Programa Bolsa Família como um Programa de transferência de Renda tem como objetivo o enfrentamento à fome e à pobreza no país, tendo como principais objetivos conforme Silva (2008b, p. 34): “a garantia do acesso aos direitos sociais básicos como a saúde, educação, assistência social e segurança alimentar”.

Além do acesso aos direitos básicos que o Programa Bolsa família garante, promove de acordo com Silva (2008b, p. 34): “a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram”. Isso faz com que diminuam as desigualdades sociais, tendo também um aumento na renda das famílias que recebem o benefício.

O Programa Bolsa Família beneficia as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza tendo como critério a renda *per capita*¹, para que estas possam ter direito ao recebimento do benefício. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome os valores dos benefícios pagos pelo Bolsa Família variam:

Os tipos e os valores que cada família recebe são baseados no perfil registrado no Cadastro Único. Entre as informações consideradas nesse perfil familiar estão: a renda mensal per capita (por pessoa), o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes e nutrizes (mães que estão amamentando).

Os beneficiados do Programa Bolsa Família devem estar devidamente cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais², sendo assim, soma-se a renda de todos os membros da família e divide por todos os membros da mesma, com isso tem-se a renda *per capita* de toda a família.

Para as famílias que são consideradas extremamente pobres de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2013c): “**Benefício Básico: R\$ 70,00** é concedido apenas a famílias extremamente pobres, ou seja, com renda mensal por pessoa menor ou igual a R\$ 70,00”.

No Quadro 2 pode-se verificar como é feito o cálculo para as famílias que são consideradas extremamente pobres, o Benefício Básico (R\$70,00) pode ser somado com o Benefício Variável (R\$32,00) somado por até cinco crianças/adolescentes.

¹ Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009. “Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e R\$ 70,00 (setenta reais), respectivamente. (BRASIL, 2009).

² O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é uma base nacional de dados socioeconômicos das famílias que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. O CadÚnico possibilita o registro de informações das famílias e dos seus componentes, para a geração do Número de Identificação Social (NIS) e para identificação como potenciais beneficiárias de programas sociais. Assim, um dos objetivos é fornecer informações sobre a localização e as características dessas famílias, para que o poder público possa formular e implantar políticas públicas capazes de promover a inclusão social. (BRASIL, Guia do Gestor, 2006, p. 12).

Nº de crianças e adolescentes de até 15 anos	Nº de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de Benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306,00

Quadro 2 - Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70,00

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Nota: Organizado pela autora

Já o Benefício Variável tem como critério de inclusão no Programa uma renda *per capita* maior, concedido às famílias pobres com renda per capita de até R\$140,00, porém as famílias só podem receber o Benefício Variável (R\$32,00 a cada criança/adolescente) segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013c).

No Quadro 3, analisa-se como são feitos os cálculos do Benefício Variável (R\$ 32,00) juntamente com o Benefício Variável Jovem (R\$ 38,00), para as famílias que possuem adolescentes de 16 e 17 anos devidamente matriculados na escola.

Nº de crianças e adolescentes de até 15 anos	Nº de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00

3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis + BVJ	R\$ 236,00

Quadro 3 - Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Nota: Organizado pela autora

De acordo com Silva (2008b, p. 36): “Na dinâmica de implementação do Bolsa Família, há que se registrar a criação do Benefício Variável Jovem, a partir de março de 2008, [...]”. Este benefício implantado é um incentivo para que os adolescentes tenham um aumento da escolaridade.

Este incentivo aos adolescentes é importante, pois o objetivo de incluir os adolescentes de 16 e 17 anos no Programa Bolsa Família de acordo com o Informe do PBF (nº 96, 2007): “é contribuir para aumentar a escolaridade nessa faixa etária, reduzir a evasão e o abandono escolar, e promover o retorno à escola daqueles que abandonaram os estudos”. Para que isso ocorra, os pais devem manter seus filhos devidamente matriculados, garantindo assim, frequência escolar dos adolescentes com no mínimo 75% de presença no mês.

Além do benefício básico, benefício variável de 0 à 15 anos, Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), foi implementado também mais três benefícios. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013c).

O benefício Variável à Gestante (BVG) é pago as famílias do PBF que tenham gestantes em sua composição familiar, Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês; A

identificação da gravidez, necessária para a concessão do BVG às famílias do PBF, é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde e no Sistema de Condicionalidades. O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.

O BVG também tem o valor de R\$32,00 reais que é transferido às famílias, porém, este benefício limita o recebimento somente até o nascimento do bebê. Outro benefício implantado foi Benefício Variável à Nutriz (BVN) que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013c) é:

Concedido às famílias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição; pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Todos os benefícios variáveis pertencentes ao Programa Bolsa Família são limitados a 5 (cinco) por família, mas todos os seus integrantes devem ser registrados no Cadastro Único. Por último, o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) que é calculado caso a caso. Sendo ele de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013c) é:

Transferido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O BSP independe da composição familiar.

É importante compreender que, os valores que as famílias recebem do Programa Bolsa família oscila conforme as informações de cada domicílio e composição familiar. Para melhor entendimento num contexto geral dos benefícios, demonstra-se na tabela a seguir a diferença e a semelhança de cada um:

Benefício	Valor	Regra
Básico	R\$ 70,00	- Transferido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 70,00): - Concedido mesmo quando não há crianças, adolescentes ou jovens na família.
Benefício Variável de 0 à 15 anos	R\$ 32,00	-Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
Benefício Variável à Gestante (BVG)	R\$ 32,00	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição;

		<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês; - A identificação da gravidez é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde e no Sistema de Condicionalidades (Sicon). O Cadastro Único não permite identificar as gestantes.
Benefício Variável à Nutriz (BVN)	R\$ 32,00	<ul style="list-style-type: none"> - Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição; - Pagamento de seis parcelas consecutivas, a contar da data de concessão do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ)	R\$ 38,00	<ul style="list-style-type: none"> Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos; - Limite de até dois benefícios por família; - O BVJ continua sendo pago regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Caso a caso	<ul style="list-style-type: none"> - Transferido às famílias beneficiárias do PBF que estejam em situação de extrema pobreza (renda mensal <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O benefício para superação da extrema pobreza independe da composição familiar.

Quadro 4 – Composição de valores

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Nota: Organizado pela autora

Segundo Silva (2008b) As famílias que recebem a transferência de Renda da Bolsa Família têm autonomia para aplicação dos recursos destinados para as suas necessidades, podendo continuar no programa desde que se comprometam a cumprir com os critérios estabelecidos pelo mesmo. Além da transferência monetária que permite a melhoria da alimentação, eleva as condições de vida da família o programa abrange ações com outras áreas como educação, saúde e trabalho. Sendo assim, o Programa Bolsa Família estabeleceu condicionalidades a cumprir para o recebimento do benefício.

2.3 CONDICIONALIDADES

As famílias que entram no Programa Bolsa Família assumem alguns compromissos com a saúde e a educação de todos os seus integrantes, principalmente de crianças, adolescentes e gestantes. Esses compromissos, ou condicionalidades, fazem parte das regras para permanecer no Programa.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. (BRASIL, 2010e)

De acordo com o Guia do Gestor (BRASIL, 2006), as condicionalidades são compromissos que as famílias assumem para poder permanecer no programa.

A continuação do pagamento dos benefícios depende do cumprimento das condicionalidades cumpridas pela família. Isso faz com que as crianças permaneçam na escola tendo um maior aproveitamento dos estudos, e tendo o máximo de frequência para não ter o benefício bloqueado. Na área de saúde, a importância da vacinação, pesagem, e também, o pré-natal. Sendo, um incentivo para uma melhoria na saúde e educação.

As famílias que descumprem as condicionalidades estão sujeitas a penalidades que acabam prejudicando o recebimento do benefício adquirido. Por isso, a importância de orientar as famílias para que elas estejam cumprindo as condicionalidades, principalmente, aquelas famílias que estão em risco social, uma vez que necessitam de acompanhamento.

No Quadro 4, verifica-se quais são as sanções aplicadas para o descumprimento das condicionalidades do Benefício Variável e do Benefício Variável Jovem, que apresentam diferenças nas condicionalidades no acompanhamento, sanções, e também, na repercussão que o descumprimento causa no recebimento do benefício.

TÓPICOS	BENEFÍCIOS VARIÁVEIS	BENEFÍCIO VARIÁVEL JOVEM
Perfil do Beneficiário	Crianças e adolescentes até 15 anos	Jovens de 16 e 17 anos
Valor do beneficiário	R\$ 32,00	R\$ 38,00
Quantidade máxima do benefício por família	5 (cinco)	2 (dois)
Valor máximo concedido por família	R\$ 160,00	R\$ 76,00

Condicionalidades	- Vacinação para crianças menores de 7 anos - 85% de frequência escolar mensal para crianças entre 6 e 15 anos	- 75% da frequência escolar mensal
Acompanhamento	Todas as crianças entre 0 e 15 anos, independente de receberem o benefício variável ou não	Todos os jovens de 16 e 17 que recebem o BVJ
Sanções	Advertência Bloqueio Suspensão Cancelamento	Advertência Suspensão Cancelamento
Repercussão	O descumprimento da condicionalidade de qualquer membro da família repercute sobre todos os benefícios que a família recebe, inclusive o BVJ	Qualquer descumprimento de condicionalidade repercute somente sobre o benefício do jovem que descumpriu a condicionalidade

Quadro 5 - Principais diferenças nas Condicionalidades entre o Benefício Variável e o Benefício Variável Jovem

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social.

Nota: Organizado pela autora

Verifica-se que as condicionalidades do Benefício Variável incluem vacinar as crianças menores de sete anos e 85% de frequência escolar para crianças e adolescentes até os 15 anos de idade, porém o não cumprimento das condicionalidades acarreta nas sanções como advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento do benefício, como também o Benefício Variável Jovem. Já o Benefício Variável Jovem tem somente como condicionalidade frequência acima de 75% e tendo como sanções a advertência, suspensão e o cancelamento do Benefício Variável Jovem, não repercutindo no Benefício Variável.

De acordo com a Instrução Operacional nº 35 SENARC/MDS (BRASIL, 2010, p. 1): “[...] a frequência escolar abaixo de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e abaixo de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos são indícios de situações de risco e vulnerabilidade social que devem ser identificadas e trabalhadas”. Por isso, é importante a união do conjunto entre a escola, o gestor do PBF, a educação e a própria família para saber o real motivo da baixa frequência escolar e para um possível enfrentamento.

Na área da educação foram registrados sete possíveis motivos que impedem que crianças e adolescentes cumpram com a frequência escolar estipulada pelo Programa Bolsa Família. Os motivos que não geram efeitos sobre o

benefício de acordo com a Instrução Operacional nº 36 SENARC/MDS (BRASIL, 2010, p. 3-4) são:

Ausência por questão de saúde do aluno; doença/óbito na família; inexistência de oferta de serviços educacionais; fatos que impedem o deslocamento à escola; inexistência de serviço/atendimento educacional à pessoa com deficiência/necessidades especiais; concluiu o Ensino Médio; e suspensão escolar.

Esses são os tipos de faltas escolares que podem ser justificadas para o Programa Bolsa Família. Esses motivos não estão sob o controle da família, pois se caracterizam como situações imprevistas, inusitadas ou externas. De acordo com Freitas (2008, p. 50):

Os Programas de Transferência de Renda na América Latina foram acompanhados de condicionalidades [...] que têm como finalidade: melhorar os níveis educacionais, impedir a evasão escolar, o trabalho infantil, e melhorar os indicadores de saúde e nutrição. [...] as estratégias utilizadas pelos governos para cumprir as metas e os objetivos estabelecidos são diversas e configuram dificuldades adicionais para a melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza, sobretudo das mulheres responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades.

Desta forma, é importante entender o papel das mulheres serem as responsáveis pelo recebimento do benefício que, implica também nas suas condições de vida e no cumprimento das condicionalidades, pois são elas, as mulheres/mães, as responsáveis por levar seus filhos à escola, controlar as faltas escolares, levar seus filhos nos postos de saúde para um controle da saúde e também responsáveis pelo recebimento e pela aplicação do benefício adquirido.

2.4 A IMPORTÂNCIA DAS MULHERES COMO AS RESPONSÁVEIS PELO BENEFÍCIO

Estudos revelam que a partir da década de 70 surgiu um conceito chamado “feminização da pobreza” onde é tema de vários estudos e debates. Segundo Novellino (2004 *apud* FREITAS, 2008, p. 51): “o conceito “feminização da pobreza” representa a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens”. De acordo com Pereira *et all* (2006, p. 81):

Entretanto, como as mudanças verificadas na estrutura da família, representadas pelo aumento das separações conjugais e incremento de famílias sustentadas por mulheres, estas se tornaram o segmento social mais vulnerável à pobreza e o mais dependente da ajuda do Estado de Bem-Estar. Isso foi tão visível que o termo “feminização da pobreza” ganhou lugar de destaque no discurso teórico e político, pois muitas dessas mulheres, agora chefiando o lar, não conseguiam ganhar o suficiente para sustentar a si e aos seus dependentes, por falta de efetiva inserção no mercado de trabalho e de proteção pública devida.

Percebe-se que a maior incidência da pobreza são das mulheres, e isso foi comprovado de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (1995 *apud* FREITAS, 2008, p. 51): “a pobreza tem o rosto de uma mulher – de 1,3 bilhão de pessoas na pobreza, 70% são mulheres”. Essas são preocupações que permeiam as condições de subalternidade das mulheres.

Para outros analistas, advogaram que o termo “feminização da pobreza” de acordo Castro (2001, p. 91): “não deveria ser lido como crescimento das mulheres entre os pobres, mas como aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres”. Fato este que afirma que historicamente, o trabalho não remunerado da mulher, ou seja, de cuidar dos filhos, da casa como também do marido, não seria somado na produção de riqueza.

Outro estudo feito por Melo (2005) sobre a pobreza no Brasil focalizado em gênero com dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2001 (*apud* FREITAS, 2008, p. 52): “A hipótese explorada no trabalho, de que existem fatores de gênero que incidem com maior peso na vida das mulheres e que as tornam mais vulneráveis com relação à pobreza”. Mesmo com um grande progresso na redução das desigualdades de gênero, ainda são relevantes as diferenças entre o sexo feminino e o masculino em nossa sociedade. De acordo com Freitas (2008, p. 53):

[...] estudos efetuados nas três últimas décadas ampliaram seu escopo e passaram a analisar também o consumo familiar, as condições de saúde (incluindo educação) e a inserção social dos filhos na escola e no mercado de trabalho, visto que se começou a perceber que as famílias pobres chefiadas por mulher (cuja proporção vem aumentando continuamente) apresentavam um risco maior de transmissão intergeracional de pobreza do que a família nuclear pobre. Por este motivo, muitos dos programas compreendidos nas políticas públicas de combate à pobreza têm como beneficiárias diretas as mulheres cujos filhos menores residem no mesmo domicílio, havendo uma preferência por aquelas que sejam chefes de família.

Conforme o Guia do Acompanhamento das Condicionalidades do PBF (BRASIL, 2010, p. 4) “O PBF conservou algumas características dos programas de transferência de renda anteriores e inovou o programa em novos aspectos. Um dos principais pontos é o pagamento preferencialmente à mulher”. Isso é um fato pelo qual não se pode negar que as mulheres /mães conhecem mais a necessidades dos seus familiares e têm um maior controle sobre a casa e sobre o cuidado dos filhos. Não é por acaso que no Programa Bolsa Família as mulheres sejam escolhidas como as principais titulares do benefício. Para Costa (2010, p. 3):

Trata-se assim de privilegiar entre a população, caracterizada como pobre e extremamente pobre, as *mulheres-mães* (ou a *mulher provedora de cuidados*) público que “naturalmente” aflui para as políticas de assistência social. No caso do PBF parte-se, portanto, do pressuposto e do reconhecimento do papel reprodutivo predominantemente desempenhado pelas mulheres, bem como o Programa representa uma forma institucionalizada da sociedade lidar com este papel entre os segmentos mais pobres da população.

De acordo com Costa (2010) está comprovado que as mulheres conhecem melhor a necessidade da família, haja vista, que elas desempenham o papel reprodutivo. Sendo assim, reconhecem as necessidades de sua família, identificando melhor as necessidades de seus familiares. Se os homens desempenhassem tanto quanto as mulheres e na mesma dimensão esse papel reprodutivo, certamente eles seriam reconhecidos pelas mulheres e seriam capazes de carregar este atributo.

Neste contexto que as mulheres se encontram é possível analisar o impacto gerado através da sua inserção no programa como protagonistas. Sendo possível, enfatizar seu papel enquanto mulher responsável por tudo o que permeia o programa.

O Programa Bolsa Família faz a transferência de renda às famílias pobres, priorizando o recebimento da transferência de renda as mulheres como sendo as responsáveis pelo benefício. Esta preferência se dá ao fato do número de mulheres ter aumentado nos últimos anos e elas terem assumido toda a responsabilidade perante sua família, o que comprova que mesmo elas sendo mulheres/mães isso demanda responsabilidade ao mesmo tempo em que, o empobrecimento das

mulheres em relação aos homens acaba por demandar maior autonomia em relação ao recebimento da transferência de renda.

Segundo Tebet (2012), estudos realizados por estudiosos no Brasil e no mundo levantaram sobre o fato de que, as famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social acabavam por refletir a mesma situação de pobreza das gerações anteriores. Refletindo as mesmas condições e repetindo este ciclo intergeracional de pobreza. Fato este, que permitiu como que as políticas públicas de enfrentamento desta pobreza fossem pensadas como foco principal das mulheres beneficiárias do programa.

O programa trabalha com o conceito de que é possível sim, incumbir as mulheres de responsabilizar-se pelo bem-estar de sua família, como também, enfrentar o que por muito tempo foi reproduzido entre as gerações, o ciclo geracional da pobreza. Sendo assim, o fato delas receberem esta transferência de renda faz com que, isto seja, uma grande conquista garantindo autonomia as mulheres que por tanto tempo não tiveram oportunidade de estar à frente de sua família.

De acordo com Farah (2004 *apud* Tebet 2012, p. 304):

Há uma tensão entre duas vertentes no que se refere às políticas sociais que focalizam mulheres como beneficiárias. A primeira pensa a mulher sobre tudo a partir de suas funções na família, devendo a política pública “investir” nas mulheres pelo efeito multiplicador que tal ação pode ter sobre a família e sobre a sociedade como um todo. A segunda vertente é hegemônica na agenda do movimento feminista no Brasil e toma como pilar a perspectiva dos direitos. Nesta, trata-se de garantir a ampliação da cidadania pela extensão de direitos a novos segmentos da população. Farah afirma ainda que o alinhamento a uma dessas duas vertentes nem sempre ocorre de forma integral, especialmente quando a política é de transferência de renda. Nesse caso, a priorização das mulheres é defendida tanto pelos que enfatizam o impacto desse apoio no combate à pobreza quanto pelos que enfatizam a autonomia das mulheres.

As vertentes que o autor se refere, mostram que quando é pensado na mulher como beneficiária dos programas de transferência de renda as vertentes se unem em seus diferentes ideais.

3 MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA DE FORTALEZA (CE).

A cidade de Fortaleza está situada no Estado do Ceará. De acordo com os dados estatísticos do IBGE de 2010, disponíveis no *site* do Ministério Social, em 2009 a população estimada era de 2.452.185 milhões de habitantes. Tendo um número total de 177.158 famílias que têm o perfil do Programa Bolsa Família e 269.411 famílias com perfil do Cadastro Único. Segundo Peixoto:

De acordo com dados do CadÚnico de Fortaleza, em dezembro de 2009, observa-se uma relevância do número de mulheres, entre os representantes legais. A variável sexo confirma que as mulheres têm sido chamadas a assumir a titularidade na gestão dos programas sociais de enfrentamento à pobreza. No que se refere especificamente ao PBF, comprova-se[...] a orientação do Programa que referencia as mulheres assumirem a representação legal do benefício em nome da família. (PEIXOTO, 2010, p.151)

Para Peixoto, (2010) as mulheres responsáveis pelo recebimento da transferência de renda do Programa Bolsa Família em Fortaleza no ano de 2009 foram de 153.739 mulheres comparadas ao reduzido número de homens equivalente a 6.405. Sendo assim, 96% são mulheres e 4% são homens que recebem a transferência de renda do programa bolsa família.

A idade média das mulheres beneficiárias do PBF entrevistadas em Fortaleza é de 25 à 59 anos e as mulheres entrevistadas em Ponta Grossa é de 24 à 53 anos, tendo suas variáveis. Demonstra-se que a média de idade das beneficiárias é a mesma.

Em relação ao mercado de trabalho, as mulheres de Ponta Grossa que foram entrevistadas mostraram um resultado variado. Assim, das dez mulheres entrevistadas em relação à situação no mercado de trabalho. Percebe-se que, cinco mulheres não trabalham, três são autônomas sem contribuição com a previdência social, uma autônoma que contribui para previdência social e uma assalariada contribuindo para a previdência social.

Já as mulheres de Fortaleza em relação ao mercado de trabalho segundo Peixoto (2010) mostra que a situação no mercado de trabalho apresenta variações onde, 70.858 mulheres não trabalham, 51.143 são autônomas sem previdência social, 111 autônomas que contribuem para a Previdência Social, 5.247 assalariadas com Previdência Social. Esses dados demonstram que as mulheres que recebem a

transferência de renda do PBF, tanto de Ponta Grossa quanto de Fortaleza que não trabalham são a maioria, oscilando entre o trabalho autônomo, com e sem carteira de trabalho assinada e contribuindo para a Previdência Social. De acordo com Peixoto (2010, p.154):

Os números do CadÚnico revelam a situação de desemprego vivenciada pela maioria das mulheres beneficiárias, uma vez que uma elevada quantidade delas não está trabalhando ou encontra-se na condição de autônomas sem cobertura social. Os baixos rendimentos advindos da inserção precária ou temporária no mercado de trabalho fazem com que muitas dessas mulheres e de suas famílias passem a avolumar a lista de beneficiários dos programas sociais. Assim, ser mulher, negra, desempregada, solteira e, muitas vezes chefe de família, constitui características que retratam múltiplos lugares de subordinação frente às hierarquias econômicas, sociais e culturais da realidade pesquisada.

No geral, percebe-se com o levantamento de dados comparados entre as duas cidades que as mulheres apresentam as mesmas características em relação à maioria de beneficiárias mulheres, situação no mercado de trabalho, mostrando a importância das mulheres serem as responsáveis pelo recebimento do benefício, uma vez que, traz para elas melhores condições de vida para seus familiares.

3.1 MULHERES DE FORTALEZA (CE)

Com base na dissertação de mestrado de Peixoto (2010) há informações sobre as mulheres de Fortaleza (CE), participantes do Bolsa Família. De acordo com Peixoto (2010, p.150):

[...]retrata-se uma apresentação dos dados secundários de natureza quantitativa referentes às mulheres inscritas na base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, que estão na condição de representantes legais de suas famílias, ou seja, recebem o benefício do Programa em seu nome, no mês de dezembro de 2009. Adotou-se três locais de referência no trato das variáveis: a cidade de Fortaleza, a área da Secretaria Executiva Regional II e o bairro Vicente Pinzon, onde se localiza a Comunidade Morro da Vitória.

As informações das mulheres do Morro da Vitória mostram suas características sendo de extrema importância, pelo conteúdo de suas respostas, mostrando o perfil das mulheres responsáveis pelo cadastro único beneficiárias do Programa Bolsa Família. De acordo com Peixoto (2010, p. 151):

Administrativamente, o espaço socioterritorial de Fortaleza está dividido em seis Secretarias Executivas Regionais (SER). Oficialmente, de acordo com

a SEPLA (2008), existem 116 bairros na cidade distribuídos pelas SERs. O maior contingente populacional encontra-se na SER V com 477.193 habitantes, seguida da SER VI com 459.595 habitantes (CEARÁ, 2008). No entanto, em razão da área geográfica de realização desta pesquisa, voltar-se-á o olhar para a SER II e para o bairro Vicente Pinzon, onde situa-se o Morro da Vitória. Localizada no lado nobre da cidade, esta SER tem uma população de 328.508 habitantes, distribuídos em 18 bairros.

Segundo Peixoto, (2010) a área escolhida apresenta uma desigualdade muito grande, onde a divisa de território apresenta contrastes gritantes que mostra o crescimento desequilibrado do aumento demográfico juntamente com incontáveis problemas sociais que as metrópoles brasileiras apresentam em sua composição.

Através do questionário aplicado as beneficiárias do PBF, é possível analisar os seus pontos de vista sobre o que permeia o recebimento da transferência de renda. Percebe-se nas falas das entrevistadas de Fortaleza que elas também priorizam o recebimento da transferência de renda e os benefícios trazidos e reconhecidos por sua família. Utilizando as falas das beneficiárias entrevistada por Peixoto (2010, p. 155):

Eu acho que foi bem vindo. Porque bem dizer quando chega, eu vou fazer compra lá, quando o gás falta eu compro, aí às vezes, antecipa a energia, eu já pago, aí é no dia que eles comem melhor, é quando recebo, que eu compro um almocinho melhor, uma jantinha melhor, aí eu compro uma pasta pra um, um sabonete pra outro... é assim. Um caderno pra um... Gasto em gás, em água, no caderno, na farda... pois tem dois que estuda, que a farda ainda é comprada. É, que é do Estado né? Aí o caderno, compro caderno pra todos, né? (Cristal)

Ah, o Programa Bolsa Família, eu acho ele muito bom porque ele ajuda a gente em tudo. Porque através dele, que eu pago minha luz, eu pago minha água, eu compro meu gás, eu como. (Ametista)

Pra mim, o Bolsa Família veio num momento que eu tava mais precisando porque foi na época que o meu marido adoeceu; ele teve um problema de visão... Aí foi mais dificuldade porque teve o negócio do medicamento. Na época, ele não tinha plano de saúde; a gente tinha que correr pro hospital público, aí, o hospital ficava botando prum lado, aí botava pra outro....aí quando eu passei a receber o Bolsa Família foi nessa época. Aí, aliviou mais, porque pelo menos o Bolsa Família já servia pra comprar a alimentação da minhas filha... Porque o dinheiro que ele recebia não era suficiente, mal dava pra comprar as medicação dele. (Marcacita).

Eu pago luz, água e gás. Amanhã eu vou receber, dar pra luz, água e o gás...(Rubi)

Nas falas as beneficiárias de Fortaleza (CE) demonstram usar o benefício para várias demandas particulares que cada família apresentar ter, a transferência de renda acaba suprimindo as necessidades básicas e diversificadas de cada uma.

Para Peixoto (2010) essa analogia que permeia o fato das mulheres serem mães e administrar os recursos do PBF é algo que se sobressai e se descobre como as mulheres usam o benefício. Utilizando as falas das beneficiárias entrevistada por Peixoto (2010, p. 159):

Bem, eu acho assim, porque a gente que é mãe, sempre é a maior responsável por tudo que tem dentro de casa e pra resolver também as outras coisas. (Marcacita).

Por ser mãe [Após ser perguntado pela pesquisadora sobre os motivos das mulheres serem as responsáveis pelo cartão]. Porque toda a responsabilidade tá na mãe. Você escuta a história de que a mãe foi embora, mas é raro. A maioria das vezes é o homem que abandona. Então, a mãe é quem fica com os filhos. É pros filhos [o dinheiro]. (Esmeralda)

Se colocasse no nome do pai, ia entrar no bolso dele... aí, se fosse passar pra mãe, vinha do jeito que ele quisesse dar (Safira)

Hoje mesmo eu vou receber e eu já vou com o papel de luz, já vou com os 'papel' de água, já vou imersa o quê que eu vou fazer e o que eu não vou fazer (Safira)

Sempre as mulher do cara que se preocupam mais com os membros da casa; o homem pode se preocupar, mas é mais fora disso. A mulher não, é mais...(Cristal)

... tem que vir, porque os homem, hoje em dia, pega o dinheiro da mulher e gasta. Tem que ser no nome das mulheres, imagine no nome dos homem...[Os homens gastam dinheiro com o quê?] Tem uns que gasta com droga, se meu cunhado pegar ele gasta tudo, quer nem saber...Com droga. Droga, bebida. (Rubi)

Eu acho assim, que pra dá mais prioridade pras mulher, até porque os homem, tem muitos deles que recebe e muitos bebe cachaça, muitos usa droga, através do dinheiro da mulher. (Pérola)

Ele tem que ficar no nome da gente. Se fosse ficar no nome dos homem, os homem não vão querer dar pra gente, o que é de direito da gente. (Ametista)

Essa questão sobre a responsabilidade das mulheres enquanto titulares do cadastro é algo perceptível, pois elas mesmas atribuem o cuidado que têm com os filhos. Verifica-se que esse cuidado é muito mais aguçados do que nos pais. No geral, os programas de transferência de renda na América Latina acabam por priorizar as mulheres como as titulares, pois subentendesse que, as mulheres assumem este papel de cuidadoras e responsáveis pelo bem estar dos componentes, ampliando a visão de melhor cuidado eles. O fato também das mulheres serem consideradas como melhores gestores do recebimento do recurso

tendo melhor visão dos gastos deste recurso. Para Peixoto (2010 *apud* Nobre, 2003 p. 160):

Relata a relação particular que as mulheres têm com o Estado, por serem as responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família. São elas que frequentam os postos de saúde, as reuniões nas escolas, as creches, os CRAS, dentre outros serviços. Completa destacando que são as mulheres que organizam seu tempo, como extensão do trabalho doméstico e em decorrência de sua inserção precária no mercado de trabalho, de modo a compensar o mau funcionamento de alguns serviços.

Pode-se dizer que de certa forma, o programa agrega valores as mulheres que este empoderamento traz uma autoconfiança pelo fato das mulheres terem a oportunidade de estar no comando do recebimento e destino da transferência de renda, aumentando a sua capacidade de controle sobre tudo o que permeia o programa, bem como sua responsabilidade com as condicionalidades de saúde e educação.

Na entrevista de Peixoto (2010) com as beneficiárias referentes as condicionalidades de saúde e educação percebe-se que as beneficiárias reconhecem que é importante fazer este acompanhamento garantindo um compromisso de toda a família. Utilizando as falas das beneficiárias entrevistada por Peixoto (2010, p. 162):

Muito importante [as condicionalidades]. Ah, pra saber se realmente a criança tá sendo acompanhada. Você tem uma ficha lá, aí, a criança tem que ter 80% - ou é 90 - de presença. Se ela não tiver, aí ela vai cancelada, pra mãe saber o porquê que a criança não tá indo pra escola. Na escola, a gente consegue as declaração. (Esmeralda)

É, mas é muito importante. [As condicionalidades] Porque só assim, como eu te disse, tem a mãe e tem a parideira né? Tem a mãe responsável e tem a mãe irresponsável que não tá nem aí pra estrutura do filho, mesmo sabendo que mais tarde ele vai se prejudicar e muitos [filhos] cobram também os pais... Porque tem muitos filhos que não tão nem aí... Mas a mãe obriga... (Safira)

Não essa [condicionalidades] como a frequência da escola, eu acho certo porque ajuda pra eles mesmo, pra eles se sentirem alguém na vida, a prioridade é pra eles mesmo, pra eles dar valor aquele lugar (Cristal)

Tem que tá na escola, porque a criança no meio da rua, boa coisa ele não aprende. (Ametista)

Do posto de saúde é [refere-se à dificuldade de acesso]. Porque a gente vai atrás de uma ficha, é difícil a gente receber a ficha, e tem que ir de madrugada pra ir pegar a ficha; às vezes a gente nem pega a ficha no posto (Esmeralda).

O fato das mulheres serem as responsáveis pelo cadastro, atribuindo-lhes responsabilidades para que possam combater o ciclo geracional da pobreza que assola a grande maioria das mulheres que, por muito tempo vivenciaram questões de subordinações, falta de autonomia e oportunidades de reconhecimento dentro do próprio convívio familiar. Essa defesa da mulher como a responsável pelo cadastro único e recebimento da transferência de renda do Programa Bolsa Família traz a visão de maior oportunidade para que a mulher tenha destaque no contexto familiar.

4 MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA DE PONTA GROSSA (PR).

A cidade de Ponta Grossa está situada no Estado do Paraná na região dos Campos Gerais. De acordo com os dados estatísticos do IBGE de 2010, disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2009 a população estimada de Ponta Grossa era de 314.681 mil habitantes. Tendo um número total de 12.692 famílias que têm o perfil do Programa Bolsa Família e 23.385 famílias com perfil do Cadastro Único.

Dos 9.078 beneficiários contidos na folha de pagamento do mês de outubro de 2010, 8.544 são mulheres e 534 são homens. Ou seja, 94,11% do total das beneficiárias são mulheres e somente 5,88% dos beneficiários são homens.

A seguinte pesquisa é de autoria própria, utilizada no TCC da graduação no município de Ponta Grossa no ano de 2010, realizada a pesquisa com dez mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Sendo assim, foi possível traçar o perfil de cada uma delas, preservando suas identidades e elencando por número e local onde foram realizadas as entrevistas.

Para definição das áreas que seriam coletados os dados através da entrevista com as beneficiárias do Programa Bolsa Família, optou-se pela Divisão de Gestão de Benefícios (DGB)³ que tem por finalidade, a implantação de serviços, programas e projetos, visando o atendimento de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e que executa o Programa Bolsa Família, no âmbito do município de Ponta Grossa, e o CRAS que faz parceria com a DGB no cadastramento, recadastramento e acompanhamento das famílias, mais especificamente, o CRAS da Vila Mariana por ser o mais próximo do centro.

Para ter acesso ao sujeito da pesquisa foi necessário o período de uma manhã nas dependências do CRAS com o intuito de entrevistar algumas mulheres que recebiam a transferência de renda do Programa Bolsa Família, sem nenhuma restrição, somente pelo fato de estar recebendo a transferência de renda, porém não se obteve resultados positivos em virtude de nenhuma beneficiária ter comparecido.

³ A Divisão de Gestão de Benefícios (DGB) que faz parte da Gerência de Proteção Social Básica dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa substituiu a Divisão de Atendimento Social (DAS), criada em 2001 na Gestão do Prefeito Péricles de Holleben Mello.

No final da manhã a Assistente Social sugeriu que retornássemos no dia seguinte, pois haveria reunião da cesta básica⁴.

Desta forma, a pesquisa foi retomada no dia seguinte quando seria realizada a reunião da cesta básica. Conforme as mulheres foram chegando para a reunião, foram abordadas para saber se elas recebiam a transferência de renda do Programa Bolsa Família. Assim, a entrevista foi realizada somente com cinco mulheres que representavam a totalidade que recebiam o benefício naquele local.

Na semana seguinte, na Divisão de Gestão de Benefícios foram entrevistadas aleatoriamente quatro mulheres que se encontravam na fila onde as beneficiárias aguardavam para fazer o recadastramento do benefício e uma beneficiária que faz parte do Conselho Municipal do Programa Bolsa Família⁵ com o intuito de saber suas atribuições como responsável pelo benefício.

As entrevistas foram realizadas com o uso de um aparelho gravador para obter a transcrição dos dados coletados, podendo assim, reproduzir as falas feitas pelas beneficiárias com maior autenticidade.

Sujeitos Entrevistados	Idade	Escolaridade	Situação da responsável no Mercado de Trabalho	Nº de membros na família	Tempo que recebe a transferência de renda do PBF
Beneficiária 1 CRAS	53	Analfabeta	Autônoma sem previdência	5	5 anos
Beneficiária 2 CRAS	38	4ª série incompleta	Não trabalha	9	6 anos
Beneficiária 3 CRAS	34	4ª série incompleta	Não trabalha	5	7 anos
Beneficiária 4 CRAS	50	4ª série completa	Não trabalha	3	9 meses
Beneficiária 5 CRAS	30	4ª série completa	Autônoma sem previdência	7	3 anos
Beneficiária 6	39	Ensino fundamental	Não trabalha	8	3 meses

⁴ A reunião da cesta básica é realizada nas três primeiras sextas-feiras de cada mês onde são feitos os acompanhamentos familiares através de palestras ou conversas sobre um tema diferente a ser abordado com os grupos, a participação na reunião uma vez por mês é uma condição para a retirada da cesta básica no SOS.

⁵ O Conselho Municipal de Controle do Programa Bolsa Família é instância permanente destinada a acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução do Programa Bolsa Família. Trata-se de uma ação conjunta entre estado e sociedade, em que os eixos centrais são: compartilhar responsabilidades, a fim de aumentar a eficácia e efetividade do Programa; proporcionar transparência às ações do poder público local; e garantir o acesso das famílias mais pobres às transferências condicionadas de renda.

DGB		incompleto			
Beneficiária 7 DGB	31	Ensino Médio completo	Não trabalha	5	2 anos
Beneficiária 8 DGB	38	Ensino fundamental incompleto	Autônoma sem previdência	5	7 anos
Beneficiária 9 DGB	45	4ª série incompleta	Autônoma com previdência	4	2 anos
Beneficiária 10 DGB	24	Ensino fundamental incompleto	Assalariada com carteira	4	2 anos

Quadro 6 - Perfil das Beneficiárias Entrevistadas no município de Ponta Grossa

Fonte: Entrevista realizada com as beneficiárias de Ponta Grossa

Nota: Organizada pela autora

Através da entrevista realizada com as beneficiárias do PBF no município de Ponta Grossa foi possível fazer um levantamento das principais questões que permeiam o recebimento da transferência de renda do PBF, juntamente com suas atribuições.

4.1 AS MULHERES COMO AS RESPONSÁVEIS PELO BENEFÍCIO

Percebe-se que o Programa Bolsa Família prioriza o fortalecimento da posição das mulheres na família conforme Freitas (2008, p. 59): “Por essa razão, são as mães de família as titulares dos programas e são elas que recebem as transferências monetárias correspondentes”. Esta é a responsabilidade que o programa confere às mulheres como sendo as titulares e responsáveis pelo benefício e o efeito que este programa causa na vida das mulheres.

Indagamos as beneficiárias⁶ a respeito do fato de elas serem as responsáveis pelo benefício e, também, se isso mudou ou não a sua relação com seus familiares e obtemos as seguintes respostas:

Beneficiária 1: *“Mudou bastante, mudou nas coisas prá comprá pra eles, porque pra gente o dinheiro já não dava né, da renda a gente comprava o que dava e agora já compro ropinha, sapato”.*

⁶ Cabe ressaltar que a ordem das respostas não segue uma ordem cronológica em decorrência que algumas entrevistadas não responderam satisfatoriamente a pergunta, tendo em vista, que as mesmas mencionaram outros assuntos, não sendo possível a utilização das respostas, pois estas não contemplavam o que estava sendo questionado.

Beneficiária 2: *“Ah, mudou bastante, mudou assim que eu pego assim todo o dinheiro e compro as coisinhas pras crianças, uniforme, mantimento e me ajuda bastante, chegou em boa hora”.*

Beneficiária 3: *“É mudou assim que às vezes a minha filha fica doente aí eu tenho que comprá os remédio, ela fica doente direto porque ela tem sopro no coração e ainda que as vezes falta dinheiro porque às vezes eu vou pra Curitiba e não tenho dinheiro pra mim ir, mas até que dá pra mim viver bastante e eu recebo 134,00 da bolsa família”.*

Beneficiária 4: *“É mudou um pouco sim, porque antes a gente não tinha dinheiro pra comprá as coisinha pra ela né”.*

Beneficiária 5: *“Mudou bastante, a mudou que ajudô mais porque eu num tinha ajuda de nenhum lado e só de vez em quando que aparecia uma carpida e aquela época eu num tinha gaiota, mas mudou bastante, é bom porque tem dinheiro prá comprá as coisas pra eles, as frutas que eles gostam, roupa, calçado num dá muito porque é seis né, compra pra um mês, num mês aí outra quer, aí num dá, mais tô controlando”.*

Beneficiária 6: *“Mudou né, porque chega o dia a gente sabe que vai ter aquele dia para comprar alguma coisa que tão precisando e daí eles pedem pra mim, mãe tamo precisando disso, mãe tamo precisando daquilo e o que elas mais pedem é material escolar e calçado”.*

Beneficiária 7: *“Mudou, porque eu trabalhava e depois fiquei dependendo do meu pai, aí depois fiquei desempregada e o benefício ajudou porque daí eu tinha dinheiro pra comprar as coisas pro meu filho”.*

Beneficiária 9: *“Mudou bastante, porque eles querem dinheiro eles pedem pra gente, querem um doce, um sorvete, alguma coisa, a gente tem mais condições de dar porque daí eles tem um dinheirinho que é deles, alimentação, uma coisinha melhor pra elas comerem sempre né, que nem a minha, não falta iogurte na geladeira pra ela porque é desde pequenininha, então ela sabe que vai ter porque dinheiro é dela”.*

Percebe-se nas falas das beneficiárias que houve uma mudança ocorrida pelo fato das mesmas terem um recurso financeiro para usar nas necessidades básicas da família, em especial, para as necessidades dos seus filhos. A transferência de renda para a mulher é como ter uma renda fixa para suprir o que

elas acham importante para a sua casa assim como roupa, sapato, uniformes, material escolar, mantimentos, medicamentos, etc.

O Programa Bolsa Família vem apresentando melhoras nas condições de vida da população e como faz parte da proteção social deve garantir de acordo com a PNAS a segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia) para que as famílias possam de alguma forma garantir sua sobrevivência, já que muitas não apresentam condições para sua reprodução social em padrão digno e cidadão. Com isso, percebe-se nas falas das beneficiárias entrevistadas que a transferência de renda trouxe mudanças e de alguma forma elas se sentem responsáveis por atender as necessidades dos filhos e utilizam a renda que recebem para suprir as suas necessidades.

Quando questionadas sobre a inclusão no Programa Bolsa Família, a respeito da ocorrência de alguma mudança na rotina de suas vidas, obteve-se respostas diferenciadas, seguem abaixo as seguintes respostas.

Beneficiária 1: *“Mudou, mudou nas coisas, manter as crianças na escola né, que daí você leva a sério”.*

A responsabilidade que o programa gera na vida das beneficiárias, como por exemplo, a beneficiária 1 que atribui a sua responsabilidade ao Bolsa Família.

Beneficiária 3: *“Mudou, é que a bolsa família vai subindo aos poucos né e daí ajuda um poquinho de cada em dois anos, É que o meu marido cata papel e as vezes ele nunca dá dinheiro, ele não ajuda em nada, só se a gente pedi”.*

Nota-se na fala da beneficiária 3 que o marido trabalha com reciclagem e mesmo assim não contribui financeiramente para as despesas da casa, isso faz com que obrigatoriamente ela use a transferência de renda para manter a casa, mesmo com a figura masculina presente na família, que por sua vez, deveria ajudar no sustento da família.

Beneficiária 5: *“Mudô, mudô pra melhor né, que as criança obedecem a gente, sai tem dinheiro, essas coisa”.*

Na fala da beneficiária 5 a mudança que ela percebeu foi até mesmo na educação dos seus filhos, pois como se nota, a mãe ter uma renda faz com que eles a respeitem, a fim de obterem o que desejam.

Beneficiária 6: *“Mudou bastante, uma é falta na escola e quando não tá recebendo qualquer coisinha quer faltar, hoje meu piá foi com febre pra escola, e*

agora não pode faltar por causa disso também, faltar ai eles também perdem na escola, aquele dia que falta já não sabe era a atividade”.

Percebe-se na fala da beneficiária 6, que ela conhece as condicionalidades de educação, porém há uma falta de conhecimento sobre os limites das faltas estipuladas pelo programa.

De acordo com a Instrução Operacional nº 35 a ausência escolar por questão de saúde que tem código nº 1, faz parte dos motivos de baixa frequência escolar e que pode ser justificado e não gera efeitos sobre o recebimento do benefício. Esta alternativa deve ser marcada de acordo com a Instrução Operacional nº 35, (p. 4): “quando o aluno esteve com alguma doença que o tenha impedido de ir à escola ou quando ocorrer alguma situação em que o aluno precisou preservar condições de saúde”. Neste caso, à escola deve pedir o atestado médico e mesmo sem a apresentação deste documento, a escola pode e deve avaliar esta situação, visto que, neste caso, a falta escolar decorreu por questões preventivas ou por necessidade de repouso. O programa permite que haja o cumprimento de no mínimo 85% de frequência para crianças de 6 a 15 anos e frequência mínima de 75% para jovens de 16 e 17 anos, portanto, no caso citado logo acima como em outros casos, a família pode e deve justificar a falta escolar.

Beneficiária 7: *“Mudou porque como eu disse, antes eu trabalhava e depois fiquei sem dinheiro nenhum, ainda mais que o meu filho não tem pai e depois que recebi o bolsa eu já tinha dinheiro pra comprar as coisas pro meu filho”.*

Beneficiária 2: *“Mudou né, o que mudou é que antes eu num tinha condições de comprá principalmente material pros meus filhos, não podia comprar uniforme e agora eu posso”.*

Beneficiária 9: *“Mudou porque a gente sabe que todo mês tem aquele dinheirinho[...], porque sabe que o dinheirinho da criança vem todo mês é garantido que vem”.*

Beneficiária 10: *“Melhorou, porque quando a gente não tem um dinheirinho pra nada aí você vai receber a bolsa família e já ajuda né, pra comprar alguma coisa, roupa pras crianças ou alguma coisa”.*

As beneficiárias sentem segurança ao receber a renda que vem todo mês, elas sabem que se elas cumprirem com as condicionalidades, aquele dinheiro vem, a confiança depositada no programa é que faz com que elas se sintam mais aliviadas. Conforme Maia (2010, p. 12):

O Bolsa Família dá mais autonomia às mulheres, maior inserção social e poder de compra, mais afirmação no espaço doméstico e ampliação do acesso a serviços públicos de educação e saúde. O aumento da presença nas decisões do lar e da comunidade e a melhoria na qualidade de vida foram alguns dos impactos do Bolsa Família no dia a dia das mulheres.

Nota-se que o programa dá maior autonomia às mulheres. As mulheres beneficiárias continuam afirmando que houve uma melhora, e esta melhora é atribuída à renda recebida através do programa. Nesta pergunta percebe-se que somente duas beneficiárias atribuíram uma das condicionalidades como mudança nas suas vidas, embora, na primeira pergunta, elas tenham afirmado que a mudança foi o recebimento do benefício para suprir a necessidade dos filhos.

Busca-se saber se as beneficiárias participam das atividades que o CRAS realiza e quais são as atividades que elas participam e, como elas se organizam para esta participação.

Beneficiária 1: *“Não eu não participo, hoje eu vim porque era reunião da cesta”.*

Beneficiária 2: *“Não, aqui só a cesta que eu pego, a minha filha que tá no Pró-jovem, era pra eu entrar no clube de mães, mas eu não entrei”.*

Beneficiária 5: *“Até agora não, só cesta mesmo”.*

Beneficiária 6: *“No momento nenhuma, mas tô pensando em ir lá ver o que que tem de curso, eu peguei um papelzinho com a Ângela (funcionária da divisão de gestão de benefícios) pra ir lá, meu filho participa do CRAS, ele tem 14 anos, é do Pró-Jovem, ele vai na segunda, terça e quarta, tem lanche e eles jogam bola, ele deu o nome dele pra um curso que cria site, acho que é isso”.*

Beneficiária 7: *“Não participo”.*

Beneficiária 8: *“Sim só artesanato, mas só as aulas de artesanato, pra aumentar mais a renda por eu ser autônoma, lá tem curso de crochê, tricô, bordado, pintura, agora vou fazer outro curso que eles estão inovando lá, aqueles que é pra encapar barrica de tinta com massa corrida, já fiz aquela aula pra natal de pano de prato, já fiz aqueles de velcro, de chocolate, o que me interessa, eu entro”.*

Beneficiária 9: *“Não participo”.*

Beneficiária 10: *“Não”.*

O CRAS de acordo com a PNAS (BRASIL, 2004, p. 36) deve ofertar aos usuários da política, visando as seguintes ações:

- Programa de Atenção Integral às Famílias
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza
- Centros de Convivência para idosos
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização dos direitos das crianças.
- Serviços Sócio-educativos, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando a sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários.
- Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Cabe ressaltar, que a partir da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais de 2009 o PAIF passou de Programa para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família onde, cada unidade do CRAS executa ações de acordo com a sua população de abrangência, sendo as famílias inseridas conforme as vulnerabilidades apresentadas.

De acordo com as respostas das beneficiárias sobre sua participação nas atividades que o CRAS desenvolve, observa-se que somente três beneficiárias participam das atividades com o intuito de receberem a cesta básica. Duas beneficiárias demonstraram interesse em saber quais são os cursos que o CRAS oferece. Somente uma das beneficiárias participa dos cursos ofertados pelo CRAS para aumentar a renda, porque é autônoma. O restante das beneficiárias não participa das atividades do CRAS.

4.2 CONDICIONALIDADES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Para compreender sobre as responsabilidades das beneficiárias no cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família é que se procura saber: “Quais eram as suas responsabilidades enquanto responsáveis pelo benefício?” Seguem as respostas:

Beneficiária 1: *“Sou responsável pelo benefício e por eles (netos) né”.*

Beneficiária 2: *“Eu acho que é não deixar as crianças faltar as aulas e ter as vacinas em dia, isso eu não deixo atrasar nenhuma vacina deles [...], tem que levar eles pra pesar até eu né, tenho que me pesar”.*

Beneficiária 5: *“[...] tem que levá pra elas vaciná, tem que pesá todo mês né, essas coisas, não pode deixá faltá a escola”.*

Beneficiária 6: “[...] *tem que frequentar a escola, não pode ter muita falta, ter a vacina em dia, tem que atualizar o cadastro a cada dois anos, acho que é isso*”.

Beneficiária 9: “*É as crianças, estudar direitinho, vacina, médico, alimentação melhor porque daí tem um dinheirinho a mais*”.

Beneficiária 10: “*Mandar sempre as crianças pra escola, levar no posto pra pesar, não pode deixar faltar se não perde o benefício e recadastrar todo ano*”.

Percebe-se nas respostas obtidas pelas beneficiárias que elas entendem as condicionalidades como responsabilidades a serem cumpridas e controladas por elas que são as responsáveis pelo benefício. Para Silva (2008b, p. 37):

Além da transferência monetária, para permitir a melhoria na alimentação e na elevação das condições de vida do grupo familiar, o Bolsa Família inclui em seu desenho o desenvolvimento de ações complementares mediante articulação com outros programas de natureza estruturante, principalmente no campo da educação, da saúde e do trabalho.

O Quadro 6 mostra quais são as condicionalidades que as famílias têm que cumprir para o recebimento do benefício.

Área	Compromissos/Condicionalidades	Público
Saúde	- Acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e desenvolvimento das crianças - Pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrízes	- Crianças menores de 7 anos - Gestantes e nutrízes
Educação	- Matrícula e Frequência escolar mínima de 85% - Matrícula e Frequência escolar mínima de 75%	- Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos - Jovens de 16 e 17 anos

Quadro 7 - Compromissos das famílias nas áreas de Saúde, Educação

Fonte: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família, 2010, p. 6

Nota: Organizado pela autora

De acordo com o Guia do Gestor (BRASIL, 2006) as condicionalidades são compromissos que a família e o poder público assumem para a permanência no Programa, assegurando o acesso básico das famílias em políticas sociais básicas de saúde e educação, propiciando condições mínimas para sua inclusão social e seu cumprimento é, antes que um dever, um direito das famílias.

De acordo com o Guia do Gestor (BRASIL, 2006) o controle das condicionalidades de saúde é feito através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SIVAN) a cada 6 meses. Neste sistema os agentes de saúde podem obter o formulário de acompanhamento e a lista com nomes e endereços das famílias a serem acompanhadas quanto à vacinação e à assistência e quanto ao pré-natal. O controle das condicionalidades de educação é feito através do Sistema de Acompanhamento de Frequência Escolar. Conforme o Guia do Gestor (BRASIL, 2006, p. 23): “Neste sistema, além do registro da frequência escolar, é possível efetuar a alteração do código Inep, da escola e da série escolar dos alunos, bem como registrar, por meio de código, o motivo da frequência inferior a 85% ou 75%”. Qualquer não cumprimento das condicionalidades deve chamar a atenção para a possibilidade de uma família estar em situação de risco, o que demanda uma ação de acompanhamento mais próxima com os beneficiários.

Outro questionamento levantado para as beneficiárias foi “se elas sabiam quais eram as condicionalidades para permanecer recebendo os recursos do Programa Bolsa Família e como elas ficaram sabendo”.

Beneficiária 2: *“Foi pela escola das crianças”.*

Beneficiária 3: *“A tem que ir na escola”.*

Beneficiária 5: *“Pelo posto, tem que levá elas pra vaciná, tem que pesá todo mês, essas coisas, não pode deixar a escola”.*

Beneficiária 6: *“Sim sei, tem que frequentar a escola, não pode ter muita falta, ter a vacina em dia, tem que atualizar o cadastro a cada dois anos, acho que é isso”.*

Beneficiária 7: *“Sei que não pode faltar aula, isso eu sei”.*

Beneficiária 8: *“Sim, escola que não pode faltar, vacinação em dia, higiene que são os básicos pras crianças”.*

Beneficiária 9: *“É, eu fiquei sabendo que não podia deixar né de faltar vacina, médico, tudo tem que tá em dia com as crianças, na escola, não faltá”.*

Beneficiária 10: *“Ficar sabendo você já sabe na hora que você tira né já vêm escrito no extratinho quando a gente vai receber o benefício que tem que recadastrar todo ano, tem que pesar as crianças e não deixar faltar na escola”.*

Percebe-se que as mulheres sabem sobre as condicionalidades, visto que, elas já assimilaram as condicionalidades como responsabilidades e sabem a importância do cumprimento das mesmas, pois quando se pergunta “se elas já

tiveram seus benefícios bloqueados e se tiveram o que fizeram para desbloquear” obtêm-se respostas satisfatórias que confirmam que elas estão cumprindo com as condicionalidades.

Beneficiária 1: *“Já, [...]eu recebia o salário do meu filho deficiente daí eles cortaram porque eu recebia vintão, deizão de cada criança, daí eles não sabiam que tinha falecido daí que eles arrumaram porque eu dei o atestado de óbito pra eles daí que eles arrumaram”.*

Com exceção da beneficiária 1 que recebia o BPC pelo filho deficiente e teve seu benefício cancelado e só depois de levar o atestado de óbito é que ela pode ser incluída novamente no Programa, as demais assim se pronunciaram:

Beneficiária 2: *“Não”.*

Beneficiária 3: *“Não, nunca”.*

Beneficiária 4: *“Não, porque faz pouco tempo que recebo”.*

Beneficiária 5: *“Já, tive que ir lá no SOS né, to na 4ª chance, se faltá não tenho mais”.*

A beneficiária 5 que de acordo com as sanções aplicadas está na 2ª suspensão e, tendo mais alguma das condicionalidades descumpridas, pode perder o benefício.

Atentar para o fato de que no quarto registro, o benefício da família será suspenso por 60 dias e nesses dois períodos, as parcelas não serão geradas e a família fica sem receber o benefício.

Beneficiária 6: *“Na verdade eu deixei um tempo sem vim procurar, [...]meu marido é meio desmiolado, uma hora sobe um pouco, outra hora abaixa e antes não tinha como provar porque um mês ele ganha bem, daí passa 1 ou 2 meses sem ganhar nada e as vezes não tem como explicar, [...]daí eu vim em setembro e desbloquearam agora em julho”.*

Esta beneficiária (6) acima perdeu o benefício por ter uma renda *per capita* superior a R\$ 140, 00 reais, somente com a renda inferior ao valor citado é que ela pôde ser incluída novamente no programa.

Beneficiária 7: *“Não”*

Beneficiária 8: *“Não”*

Beneficiária 9: *“Não”*

Beneficiária 10: *“Não”*

Outra questão levantada para as beneficiárias: “A partir do ingresso no Programa Bolsa Família, mudou algo em relação às condições de saúde e educação da sua família?”.

Beneficiária 2: “[...] *mudou bastante assim em casa que antes a gente vivia mal né, não tinha condições nem de comprá remédio e assim é quando as crianças ficavam doente eu num tinha dinheiro pra compra remédio, agora eu sempre deixo guardado, [...]. Antes a gente não ligava de levar pra pesar, agora a gente é obrigado a levar, faltavam bastante e agora, nossa, eu não deixo eles faltarem aula*”.

Beneficiária 5: “*Mudou, porque a gente tem que aparecer no médico levá eles, consultar, pesá, levá a carterinha das vacina, as vezes eles num querem tomá mas eles sabem que se não tomá eles cortam, [...] é controlá porque gostam de faltá muito e sabem se faltá num vai ter dinheiro aí eles não faltam*”.

Beneficiária 7: “*Meu piá eu não deixo mais faltá aula, tem que ir, ele sabe disso, e a saúde eu sempre levei pra vaciná*”.

Essa articulação que o programa faz entre as condicionalidades e as Políticas de Saúde e Educação é importante, pois se direciona para a garantia de acesso aos direitos sociais básicos. De acordo com Maia (2010, p. 8):

A baixa escolaridade é o principal empecilho para que ocorra menor disparidade entre ricos e pobres e o que chama atenção é que esta pobreza é transmitida de pai para filho, ocorrendo um ciclo de geração em geração. Isso quer dizer que os filhos de pais pobres têm mais chances de serem pobres, e quando crescerem e tiverem seus filhos, eles terão grandes chances de serem pobres também. Deve ocorrer um rompimento neste ciclo, por isso a Educação e a Saúde vêm como condicionalidade na Constituição do Programa Bolsa Família, partindo do princípio de que quem tem mais anos de estudos ganham as melhores rendas e têm acesso à melhor saúde.

O Programa Bolsa Família já demonstrou que contribuiu para a redução da pobreza no Brasil, melhorando as condições de vida da população, ocasionando uma redução da desigualdade social, bem como um aumento da renda dessas famílias.

Percebe-se na entrevista com as beneficiárias que elas como responsáveis pelo benefício demonstraram contribuir para suprir as necessidades dos filhos através da transferência de renda do programa. Esta questão mostra a importância da transferência de renda em suas vidas. Porém, nota-se que em nenhum momento

as mulheres utilizaram a transferência de renda para comprar algo para elas, elas não se dão conta de que elas são as gestoras da transferência de renda que é destinada a toda família, e que elas podem utilizar esse mecanismo para suprir as suas próprias necessidades e não somente as necessidades dos seus filhos.

Em relação à responsabilidade pela execução das condicionalidades e enquanto titulares do cadastro percebeu-se que as mulheres contribuem para o cumprimento e melhora das condições de saúde e educação de sua família. Elas levam muito a sério o cumprimento até mesmo pela questão da transferência de renda que elas podem vir a perder. Percebe-se que a transferência de renda é um incentivo para que elas tenham responsabilidade com relação à educação e saúde dos filhos, bem como tendo em vista, também, a sua qualidade de vida enquanto cidadã.

5. MULHERES DO BOLSA FAMÍLIA DE TELÊMACO BORBA (PR)

Este capítulo será apresentado as percepções das mulheres do Programa Bolsa Família em Telêmaco Borba, fazendo um estudo de caso das mulheres entrevistadas do município e a comparação dos resultados de Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Fortaleza, mostrando suas semelhanças, diferenças e outras evidências significativas.

5.1 METODOLOGIA DO CASO

Objetivando compreender o papel das mulheres enquanto titulares do cadastro, a responsabilidade pela execução das condicionalidades como saúde e educação e a importância que tem em sua vida a transferência de renda. Para isso, utiliza-se da pesquisa descritiva que, segundo SELTZ *et al apud* GIL, 1994, p. 43): “[...] o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis”. O estudo descritivo utiliza-se de técnicas padronizadas de coleta de dados o que possibilita estudar características de um grupo social; nível de atendimento em órgãos públicos; condições socioeconômicas de uma comunidade; levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. Dada esta particularidade utilizar-se-á para

realizar o levantamento de dados coletados e análise das entrevistas realizadas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Ainda buscando compreender o papel das mulheres utilizamos da pesquisa qualitativa, para Bourguignon (2009), fundamenta-se em perspectivas que valorizam o subjetivo, as representações sociais, os significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos e às relações sociais. Também busca garantir centralidade ao sujeito da pesquisa, que se revela através de suas narrativas e ações concretas no cotidiano. Para isso, a pesquisa qualitativa é importante, pois acaba por abordar aspectos não quantificáveis como o modo de vida dos sujeitos, sendo eles: sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas que revelam como se constituem no cotidiano a experiência social humana. De acordo com Minayo (2000, p. 20) “[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

A pesquisa possui casos comparados, sendo realizado um estudo comparativo entre os municípios de Telêmaco Borba (PR), Ponta Grossa (PR) e Fortaleza (CE). O estudo comparativo segundo Schneider e Schimitt (1998, p. 49-87):

A comparação, enquanto momento de atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançado mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

Para isso, a importância da utilização do estudo comparativo, para que se possa utilização deste método para conhecer a realidade das mulheres dos três municípios distintos, abordando suas semelhanças, diferenças e outras evidências significativas.

5.2 PERCEPÇÕES DAS MULHERES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM TELÊMACO BORBA

A cidade de Telêmaco Borba está situada no Estado do Paraná na região dos Campos Gerais. De acordo com os dados estatísticos do IBGE de 2010, disponíveis no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social, em 2010 a população

estimada de Telêmaco Borba era de 69. 872 mil habitantes. Tendo um número total de 3.409 famílias que têm o perfil do Programa Bolsa Família e 6.151 famílias com perfil do Cadastro Único.

Dos 2.599 beneficiários contidos na folha de pagamento do mês de setembro de 2013, 2.469 são mulheres e 130 são homens. Ou seja, 94,9% do total das beneficiárias são mulheres e somente 5,01% dos beneficiários são homens.

O Programa Bolsa Família juntamente com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁷ estão dentro da Proteção Social Básica que tem como objetivo de acordo com a PNAS (BRASIL, 2005, p. 33): “[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Atualmente em 2013 existem dois CRAS que estão em funcionamento, CRAS Monte Alegre; CRAS Bandeirantes.

O Cadastro Único no município de Telêmaco Borba não se encontra centralizado no que se refere ao atendimento prestado aos usuários, em cada CRAS tem para a população atendimentos específicos do Cadastro Único, os quais fazem parte dos serviços ofertados no CRAS e estão subordinados hierarquicamente a Divisão de Proteção Social Básica.

Para definição das áreas onde seriam coletados os dados através da entrevista com as beneficiárias do Programa Bolsa Família, optou-se pelo CRAS Monte Alegre que tem por finalidade, a implantação de serviços, programas e projetos, visando o atendimento de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e que executa o Programa Bolsa Família, no âmbito do município de Telêmaco Borba.

Utiliza-se o mesmo questionário aplicado nas entrevistas com as beneficiárias de Ponta Grossa na entrevista realizada com as beneficiárias do PBF em Telêmaco Borba por se tratar de um estudo comparado, sendo indispensável à elaboração de um questionário diversificado para o levantamento de dados.

Para entrevistar o sujeito da pesquisa foi necessário o período de uma manhã e o período da tarde nas dependências do CRAS com o intuito de entrevistar algumas mulheres que recebiam a transferência de renda do Programa Bolsa

⁷ O centro de Referência de Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004. Brasília, 2005, p. 35).

Família, sem nenhuma restrição, somente pelo fato de estar recebendo a transferência de renda.

Desta forma, aproveitou-se o dia de reunião do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) onde seria trabalhado com as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. Conforme as mulheres foram chegando para a reunião, foram abordadas para saber se recebiam a transferência de renda do Programa Bolsa Família. Assim, foram entrevistadas somente quatro mulheres que representavam a totalidade que recebia o benefício no período da manhã e seis mulheres no período da tarde com intuito de saber suas atribuições como responsável pelo benefício.

A seguir, apresenta-se a caracterização dos sujeitos pesquisados.

Sujeitos Entrevistados	Idade	Escolaridade	Situação da responsável no Mercado de Trabalho	Nº de membros na família	Tempo que recebe a transferência de renda do PBF
Beneficiária A CRAS Monte Alegre	24	5ª a 8ª série incompleta	Não trabalha	4	3 anos
Beneficiária B CRAS Monte Alegre	27	5ª a 8ª série incompleta	Não trabalha	7	2 anos
Beneficiária C CRAS Monte Alegre	29	4ª série incompleta	Não trabalha	7	3 anos
Beneficiária D CRAS Monte Alegre	31	Ensino fundamental completo	Não trabalha	8	10 anos
Beneficiária E CRAS Monte Alegre	34	Ensino Médio incompleto	Não trabalha	3	7 anos
Beneficiária F CRAS Monte Alegre	35	Ensino Médio incompleto	Não trabalha	5	4 anos
Beneficiária G CRAS Monte Alegre	36	4ª série incompleta	Não trabalha	6	5 anos
Beneficiária H CRAS Monte Alegre	37	Ensino Médio completo	Não trabalha	2	1 ano
Beneficiária I CRAS Monte Alegre	39	Ensino Fundamental incompleto	Não trabalha	6	4 anos

Beneficiária J CRAS Monte Alegre	41	4ª série incompleta	Não trabalha	4	6 anos
---	----	------------------------	--------------	---	--------

Quadro 8 – Perfil das Beneficiárias Entrevistadas no município de Telêmaco Borba

Fonte: Entrevista realizada com as beneficiárias de Telêmaco Borba

Nota: Organizada pela autora

Realizada a entrevista com as beneficiárias para conhecer melhor sua realidade foram feitos questionamentos para obter-se as respostas para o levantamento da pesquisa.

Em relação a responsabilidade, a intenção era de descobrir se elas sabiam quais eram suas responsabilidades enquanto responsáveis pelo benefício. Com isso, obteve-se as seguintes respostas:

Beneficiária A – *Comprar fralda, o que falta eu uso pra isso, compro pomada, remédio*

Beneficiária B – *Tem que levar as crianças no posto para vacina, e não falta a aula.*

Beneficiária C – *Eu sei que tem que mandar eles pra escola e pesar se não corta né.*

Beneficiária D – *É pesar, ter peso em dia, vacina em dia.*

Beneficiária E – *De manter eles na escola sempre e aprender a ler né, não deixar faltar aula.*

Beneficiária F – *Levar as crianças pra pesar e as crianças pra escola, até eu tenho que pesar e eles vão na minha casa as ACS, a cada seis meses eu peso e ela mede minha altura.*

Beneficiária G – *Criançada ir pra escola estudar, peso né.*

Beneficiária H – *Olha como o benefício hoje eu pago água e luz e compro algo extra pro Gabriel, roupa, brinquedo.*

Beneficiária I – *Pesar as crianças, mandar pra escola e comprar as coisas que eles precisam.*

Beneficiária J – *Assim, eu tenho que levar meus filho pra escola e tenho que pesar também né, vacinar e deixa tudo em dia, tenho que compra o que eles precisam e não só o que eles pedem porque se não só compro porcaria se depender deles.*

Assim, percebe-se que elas sabem quais são suas responsabilidades enquanto responsáveis pelo benefício, o que inclui cumprir com as

condicionalidades de saúde e educação estipuladas pelo programa. Para MARIANO; CARLOTO 2009, p. 901):

Os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem as mulheres como foco prioritário, e até objeto, de suas intervenções com vistas ao combate à pobreza. A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas.

Sendo assim, o Programa visa ter a mulher como beneficiária responsável devido ao papel que a mulher/mãe exerce sobre a família. Pode-se dizer também que diante deste fato, as mulheres reconhecem que seu papel não é somente de responsável pelo cadastro, mas também de mães.

De acordo com Magalhães, Cotta, Gomes, Franceschinni, Batista, Soares (2010) Uma pesquisa realizada pelo IBASE em 2008 mostra reflexões otimistas acerca do impacto do PBF na vida das mulheres que são as titulares do benefício no aumento da sua autonomia, tais como:

O aumento da independência financeira; do poder de decisão com relação ao dinheiro da família; do poder de compra; e do respeito dos seus companheiros o que trazer implicações diretas e de curto prazo sobre as dinâmicas e os arranjos familiares (MAGALHÃES, COTTA, GOMES, FRANCESCHINNI, BATISTA, SOARES (2011, p. 1508).

Mesmo que as mulheres muitas vezes não percebam este impacto em suas vidas com o mesmo olhar que os pesquisadores exercem através da observação do contexto familiar, é possível mesmo assim ver os impactos, ora assumidos através da consciência que tem sobre as responsabilidades exercidas por elas, ora somente pelo fato da prática ser tão constante que elas mesmas não se dão conta da importância, como nas respostas colhidas abaixo, ao serem indagadas novamente com outra pergunta, agora relacionada ao fato de ser a responsável pelo benefício, se isso mudou ou não a relação de seus familiares com elas, obteve-se as seguintes respostas:

Beneficiária A - *Não*

Beneficiária B – *Não*

Beneficiária C – *Não mudou.*

Beneficiária D – *Não.*

Beneficiária E – Não.

Beneficiária F – *Continua a mesma coisa.*

Beneficiária G – *Mudou, agora eles só pedem pra mim as coisas, pro pai não pedem mais.*

Beneficiária H – *Não, é que na verdade sempre fui eu que comprei as coisas pra casa e administrei as compras, meu ex-marido falava que eu era o homem da casa e queria fazer tudo.*

Beneficiária I – *Mesma coisa.*

Beneficiária J – *Ah mudou né, porque antes eu não tinha dinheiro e agora como eles sabem que eu que tenho aquele dinheiro todo mês eles vem e pedem tudo pra mim porque o pai deles nunca deu mesmo.*

Percebe-se que, todas as mulheres disseram que nada mudou, somente a beneficiária J afirmou que, mudou pelo fato do pai das crianças nunca comprar nada para seus filhos. E agora ela como sendo a responsável por esse recebimento, mudou porque ela pode comprar o que os seus filhos pedem.

A pergunta da sequência foi em relação se elas sabiam quais eram as condicionalidades para permanecer recebendo os recursos do Programa Bolsa Família e se elas sabiam como foi que ficaram sabendo.

Beneficiária A – *Sei, manter o peso em dia, a vacina em dia, no caso da escola é manter as crianças que tem idade de ir para a escola com boa frequência escolar.*

Beneficiária B – *A eu já sabia, são a saúde e educação.*

Beneficiária C – *Olha eu fiquei sabendo quando eu fiz o cadastro que se não mandar pra escola e vacinar não recebe.*

Beneficiária D – *Na escola eles explica, e sei que tem que ta na escola, tem que ta em dia com tudo.*

Beneficiária E – *Sei, eu fiquei sabendo pela televisão a vacinação, o peso e mandar pra escola e também tá regularizando sempre qualquer mudança.*

Beneficiária F – *Foi uma vizinha minha que comentou. Tem que ter a renda menos de R\$ 140,00 de renda. O filho indo certinho na escola, vacinação em dia.*

Beneficiária G – *Não deixar eles falta aula, manter as vacinas, meu peso e das crianças também pega a altura tudo.*

Beneficiária H – *Sim, as obrigações do Gabriel no Colégio e participar das reuniões. Eu sei as obrigações que tem que não é só receber, tem que cumprir as obrigações.*

Beneficiária I – *Eu sempre levo lá nas cartilhas que mandar pra escola e que se descumprir essas condicionalidades eles cortam mesmo o benefício.*

Beneficiária J – *A vizinha que fez o cadastro aqui e daí ela falo pra eu fazer também, ai fiz e não é que eu consegui receber, porque meu marido não tava trabalhando e agora que ele tá trabalhando eu recebo um pouco menos só.*

Todas elas disseram que sabem sobre as condicionalidades de saúde e educação que são impostas para a continuação do recebimento da transferência de renda. De acordo com MARIANO; CARLOTO 2009, p. 904):

[...] em uma família beneficiária do PBF a mulher-mãe ou aquela que eventualmente a substitui na função de maternagem tem como responsabilidade, entre outras: a) a realização do Cadastro Único para inclusão da família no programa; b) a atualização do referido cadastro sempre que ocorre alguma modificação na situação familiar (por exemplo, mudança de endereço, alteração no número de pessoas no domicílio, oscilação nos rendimentos); c) o recebimento do recurso repassado pelo programa; d) a aplicação do recurso de modo a beneficiar coletivamente o arranjo familiar; e) o controle sobre crianças e adolescentes, tendo em vista o cumprimento das condicionalidades do programa; e f) a participação em reuniões e demais atividades programadas pela equipe de profissionais responsáveis pela execução e pelo acompanhamento do programa.

As mulheres demonstraram saber das condicionalidades para permanecerem recebendo a transferência de renda, pois uma vez elas sendo as responsáveis pelo cadastro acabam assumindo essas responsabilidades diante do cumprimento das exigências.

Outra questionamento é se elas já tiveram o seu benefício bloqueado e se tiveram o que elas fizeram para desbloquear, segue as respostas:

Beneficiária A - *Não*

Beneficiária B – *Sim, é porque tava desatualizado o cadastro, mas eu já vim atualizar porque meu marido tava desempregado e eu não tinha atualizado.*

Beneficiária C – *Não.*

Beneficiária D – *Bloqueou só uma vez e por causa da escola. E cancelou porque eu mudei pra cá, mas agora eu vou voltar a receber de volta.*

Beneficiária E – *Sim, por falta na escola, descobri aqui que era falta, ai mandei eles pra escola.*

Beneficiária F – *Já, recadastrei e também porque meu filho adolescente tava faltando.*

Beneficiária G – *Já, quando eles faltam aula. Eu vim ai ela mesmo arrumou meu benefício.*

Beneficiária H – *Já, já tive, eu vim e procurei o CRAS por causa do endereço que tava errado e não conseguiram fazer visita.*

Beneficiária I – *Já tive, a outra Assistente Social daqui, ela teve uma conversa comigo e com ele, ai ela disse que ele tinha que voltar a estudar pra receber.*

Beneficiária J – *Sim, no começo a gente não sabe como que funciona as coisas né, depois que a gente fica sabendo, na escola a professora me falo que não podia ter muita falta e na reunião do CRAS aquela Assistente Social moreninha ela explicou bem certinho como que funciona, minhas crianças que são pequena tem q ter 85% de frequência, guardei bem certinho mas daí eu não deixo mais falta na escola.*

Nas respostas obtidas, ficou visível que as mulheres que tiveram seus benefícios bloqueados sabem os motivos pelos quais seus benefícios foram bloqueados e procuram corrigi-los, seja pela falta escolar, seja por mudança de endereço ou seja pela de atualização do cadastro. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2013 e):

Sempre que ocorrer alteração da renda, da composição familiar, de endereço de município ou de escola, o Responsável Familiar - RF deve procurar o setor responsável pelo PBF no município para atualizar os dados, levando os documentos de toda a família, pois a não atualização dessas informações poderá levar ao cancelamento do benefício.

Portanto, as famílias devem manter seus cadastros atualizados, os filhos matriculados e frequentando a escola, e as vacinas e pesagens em dia.

Interroga-se para saber sobre o fato delas estarem incluídas no Programa Bolsa Família, se isso mudou alguma coisa na rotina de suas vidas:

Beneficiária A – *A pra mim mudou, me ajudou. Esse dinheiro é para comprar as coisas para ele e esse dinheiro me ajudou quando eu tava separada pra comprar danone para eles.*

Beneficiária B - *Mudou porque ajuda na renda mais um pouquinho.*

Beneficiária C – *Olha, mudou que a renda só do marido tava difícil e ai eu não levava ele para pesar e agora eu levo.*

Beneficiária D – *Mudou né, a gente não fica dependendo só do marido.*

Beneficiária E – *Não.*

Beneficiária F – *Mudou, mudou a questão financeira e compro material escolar já no inicio do ano e o que vai faltando eu vou comprando, roupa, calçado.*

Beneficiária G – *Ajuda né, porque é um dinheiro a mais.*

Beneficiária H – *Mudou, eu sei que não é um grande dinheiro mas me ajuda e chegou no dia 30 aquele dinheiro chega e dá pra fazer algumas coisas.*

Beneficiária I - *A responsabilidade, e também a preocupação de não estar esquecendo de nada e será que to fazendo tudo certo.*

Beneficiária J – *Mudo que a gente tem mais responsabilidade com as coisas, antes a gente não ligava, tava falando com a vizinha, é bom que a gente se pulicia em ficar de olho em tudo do bolsa família.*

Percebe-se que, houve mudança em relação a transferência de renda que é possível adquirir diversos itens de uso dos filhos. Entretanto, as mulheres usam o benefício para melhoria das condições de vida da família, com maior enfoque nos filhos para compra de roupa, material escolar, calçados e etc, sendo utilizada a transferência de renda para estes fins.

Ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus 'papéis femininos', que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade. (MARIANO; CARLOTO 2009, p. 904)

Em relação ao ingresso das mulheres no PBF questiona-se também, se mudou algo em relação às condições de saúde e educação de suas famílias:

Beneficiária A – *Melhorou, por causa da saúde porque antes tinha que depender do remédio do posto e com o bolsa eu vou lá e compro.*

Beneficiária B – *Mudou, porque eu não levava eles regularmente no posto e agora eu levo né.*

Beneficiária C – *Mudou, por causa das crianças que começaram a ir, pra eles antes era só vacina e agora pra pesar também.*

Beneficiária D – *Mudou, a saúde melhorou muito porque o Programa Bolsa Família cobra né, e tem que tá certinho com tudo.*

Beneficiária E – *Não Mudou.*

Beneficiária F – *Acho que sim, eles ficaram mais responsáveis e sabem que o dinheiro é pra ajudar.*

Beneficiária G – *Não mudou porque eu sempre cobre sabe deles.*

Beneficiária H – *Acho que, a saúde e educação sempre foi boa, em relação a saúde mudou porque o dinheiro me ajuda.*

Beneficiária I – *Mudou, acho que o comportamento das crianças e dizem mãe você já foi receber, mãe tem que comprar remédio e poder usar o dinheiro do bolsa tá, as vezes meu marido que ele trabalhava por dia sabe, ele pergunta se precisa de alguma coisa, a minha filha que fala pra ele que não precisa porque eu recebo.*

Beneficiária J – *Aham, eu tenho mais responsabilidade com eu já disse, porque assim a gente sabe que é importante manter a criançada na escola e a saúde deles né, não dá pra discuida que já viu, cortam mesmo o benefício, tá certo eles porque se não ninguém tem responsabilidade cum nada.*

O escopo do programa tem como objetivo o alívio imediato da pobreza, que é realizado pela transferência de renda e o acesso aos direitos sociais básicos vinculados a saúde e educação, e nos casos, de trabalho infantil atendimentos e acompanhamentos na área da Assistência Social.

Uma política de combate à pobreza – como o PBF – não deve reduzir suas ações à transferência de renda, a qual, diante das múltiplas vulnerabilidades que as famílias cadastradas no programa vivenciam, não é suficiente para promover a emancipação sustentável destas e o atendimento integral de suas necessidades. Antes, deve-se buscar o fortalecimento de outros aspectos do programa, tais como a articulação entre os setores sociais envolvidos (educação, saúde e assistência social) e outras políticas sociais, de cunho estrutural; a implementação de ações e programas complementares, que levem em conta as habilidades e capacidades dos sujeitos e as possibilidades de sua inclusão social. MAGALHÃES, COTTA, GOMES, FRANCESCHINNI, BATISTA, SOARES (2011, p. 1510).

É importante que se faça um trabalho contínuo com as famílias para que possam superar a situação de vulnerabilidade econômica e social que se encontram. Por isso, o trabalho conjunto com a educação para que as crianças e adolescentes continuem na escola e terminem os estudos. Assim, possam superar a situação de pobreza que assola as famílias por falta de estudos para competir no mercado de trabalho. Os trabalhos realizados através de ações e programas complementares que são realizados com as famílias, como geração de emprego e renda. As ações do PBF tem por objetivo, trabalhar para erradicação da pobreza a médio e longo prazo, visto que não é um trabalho fácil, porém não é impossível.

Quanto a participação das atividades que o CRAS realiza, elas foram indagadas se participam e quais são as atividades que participam, também como se organiza para participar:

Beneficiária A – Eu venho nas reuniões, e a gente da um jeito, faz almoço, se organiza.

Beneficiária B – *Sim, todos vão para escola e ai eu trago o menor.*

Beneficiária C – *Olha eu to participando do CRAS.*

Beneficiária D – *Sim, eu participo porque meus filhos vão para a escola e os outros pro contraturno.*

Beneficiária E – *A eu vejo se tenho alguma coisa pra fazer e se tem eu desmarco e venho, porque eu gosto de vir né.*

Beneficiária F – *Eu só participo das reuniões, venho as vezes.*

Beneficiária G – *Venho direto, nas reuniões. Já sei o dia certo e venho.*

Beneficiária H – *Eu participo sempre, me chamam pra vim e eu gosto. Me organizo e só não venho por motivos de saúde.*

Beneficiária I – *Primeiro eu levo as crianças pra escola, ai fico sussegada e venho tranquila.*

Beneficiária J – *Naquelas reunião que a assistente social falo, do PAIF que é a cada 15 dias, é bom vim pra fazer amizade e também sempre tem alguma coisa nova pra aprende nas reunião.*

Ademais, as políticas ou programas complementares voltados para as mulheres titulares reforçam as possibilidades de incremento da autonomia e emancipação tanto para estas, quanto para o restante da família. O aumento da autonomia das famílias em condição de pobreza guarda estreita relação com as oportunidades viabilizadas para as mulheres

titulares do PBF. (IBASE, 2008 *apud* MAGALHÃES, COTTA, GOMES, FRANCESCHINI, BATISTA, SOARES (2011, p. 1503).

O trabalho realizado pelo PAIF no âmbito do CRAS é importante, pois trabalha com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no enfrentamento das situações de vulnerabilidade que cada família apresenta, com isso as ações realizadas através do PAIF contribui para a proteção de forma integral às famílias que são público-alvo das políticas públicas.

6. COMPARAÇÕES DOS RESULTADOS DE TELÊMACO BORBA (PR), PONTA GROSSA (PR) E FORTALEZA (CE)

Os resultados apresentados a seguir baseiam-se nas entrevistas realizadas com as mulheres de Ponta Grossa (PR) e Telêmaco Borba (PR), como também as entrevistas realizadas em Fortaleza.(CE)

A predominância das mulheres nas três cidades, conforme o cadastro único é acima de 90%. O predomínio do sexo feminino no que se refere a titularidade do cadastro, objetiva proteger as famílias beneficiadas, pois há maior possibilidade dos homens gastarem o dinheiro em cigarros, bebidas e outros “desejos” pessoais.

Em relação ao mercado de trabalho percebe-se que, a maioria das mulheres de Ponta Grossa e de Fortaleza não trabalham, oscilando entre o trabalho autônomo, com e sem carteira de trabalho assinada e as que contribuem para a Previdência Social. Já no município de Telêmaco Borba nenhuma das entrevistadas trabalha, apresentando esta diferença entre as outras duas cidades em relação as mulheres no mercado de trabalho.

Pela análise dos depoimentos conclui-se que as mulheres dos três municípios tem a mesma preocupação em relação à utilização da transferência de renda para suprir as necessidades básicas de suas famílias, principalmente as necessidades de seus filhos, adquirindo objetos como roupas, calçados, material escolar, alimentação e etc.

Em relação ao cumprimento das condicionalidades de saúde e educação percebe-se que todas as mulheres sabem quais são as condicionalidades a serem cumpridas, e afirmam ter este controle. Assumem que sabem que dependem dos filhos estarem na escola, cadastro atualizado, passagem e vacina em dia.

Todas as mulheres também demonstraram mesmo que de forma indireta que o programa contribuiu de alguma forma para melhorar suas vidas, seja através da transferência de renda para aquisição de objetos para a família, seja na melhora da saúde com maior controle por elas e acompanhamento contínuo, seja na evasão escolar através da frequência continua, seja por qualquer outra forma em que é proporcionado um maior acesso as políticas sociais básicas para melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo comprovado a partir das afirmações referenciadas nas pesquisas, que o programa faz diferença e traz mudanças na rotina das famílias.

No comparativo entre as três cidades, a importância do programa para diminuir a miséria, fome e pobreza no Brasil são evidenciadas. Isto dá dimensões sociais, econômicas e políticas ao programa. Na dimensão social o fator de destaque é a diminuição das desigualdades sociais. Na dimensão econômica a distribuição de renda e incentivos a economia local são fatores importantes. Na dimensão política os bônus ao Partido dos Trabalhadores – PT, são colhidos a cada eleição.

O que as três pesquisas também evidenciam é o forte investimento do governo atual, na constituição de uma rede de proteção social permanente no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto histórico em que o Brasil percorreu e que gerou pobreza e desigualdade social, foram criados os primeiros programas de transferência de renda para enfrentamento à fome e pobreza, fazendo parte da proteção social básica dentro do eixo de proteção social. Após a unificação dos programas existentes foi criado o Programa Bolsa Família, sendo considerado o principal programa de enfrentamento à pobreza já instituído no Brasil, com intuito de garantir o acesso aos direitos sociais básicos de saúde, educação, assistência social e a segurança alimentar através da transferência de renda, do cumprimento das condicionalidades de saúde e educação como também, o trabalho para a emancipação das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O programa priorizou as mulheres como as responsáveis pelo cadastro único e pelo recebimento da transferência de renda justamente pelo fato de que as mulheres se dedicam mais aos filhos, aos cuidados da casa e de todo o contexto familiar a sua volta. Estudos comprovaram que as famílias chefiadas por mulheres são em maiores números mais pobres que as famílias chefiadas por homens.

A partir das entrevistas realizadas com as beneficiárias do município de Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Fortaleza, o qual observou-se a contribuição pela responsabilidade do cadastro, devido ao cumprimento das condicionalidades de saúde e educação através do controle e acompanhamento feito por elas, procurando também reduzir a pobreza, sendo identificado algumas particularidades.

Através das falas das beneficiárias identificam-se as mesmas características em relação à maioria de beneficiárias mulheres. No município de Telêmaco Borba coincidentemente todas as mulheres não estavam inseridas no mercado de trabalho, já em Fortaleza mais da metade também não se encontravam inseridas no mercado de trabalho e em Ponta Grossa a metade das entrevistas não estavam inseridas no mercado de trabalho. Isso mostra que a maioria das mulheres tem somente a transferência de renda do PBF como renda. Esses dados demonstram que as mulheres que recebem a transferência de renda do PBF, tanto de Ponta Grossa, quanto de Fortaleza são a maioria, oscilando entre o trabalho autônoma com e sem carteira de trabalho assinada e contribuindo para a Previdência Social.

Através das entrevistas em relação as condicionalidades, nota-se que as mulheres sabem sobre elas, visto que, elas já assimilaram as condicionalidades

como responsabilidades e sabem a importância do cumprimento das mesmas. Elas como as responsáveis pelo benefício demonstraram contribuir para suprir as necessidades dos filhos através da transferência de renda do programa.

Em relação à responsabilidade pela execução das condicionalidades e enquanto titulares do cadastro percebeu-se que as mulheres contribuem para o cumprimento e melhora das condições de saúde e educação de sua família. Elas levam muito a sério o cumprimento até mesmo pela questão da transferência de renda que elas podem vir a perder.

Percebe-se que a transferência de renda é um incentivo para que elas tenham responsabilidade com relação à educação e saúde dos filhos, bem como tendo em vista, também, a sua qualidade de vida enquanto cidadã. Para Tebet (2010) o Programa Bolsa Família tem um papel central para as mulheres em seu interior, pois passa a responsabilidade do bem-estar familiar e dá a oportunidade de transformar a vida dos beneficiários com a quebra intergeracional da sucessão da pobreza – isto as três pesquisas comprovaram.

Conclui-se comparando as três pesquisas, que pela melhoria nas condições de vida das beneficiárias do PBF, percebidas nas respostas das entrevistas realizadas com as mulheres através dos questionários aplicados no município de Ponta Grossa, Telêmaco Borba e das análises de entrevistas realizadas em Fortaleza, sendo comprovadas as mudanças ocorridas através da inserção das mulheres no Programa Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009**. Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

_____. _____. **Guia do Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**, p.04. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1>. Acesso em: 15. set. 2010.

_____. _____. **Guia do Gestor**. Programa Bolsa Família. 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1>. Acesso em: 05. set. 2010.

_____. _____. **Informe nº 96**. 14 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores>. Acesso em: 10. set. 2010.

_____. _____. **Informe nº 115**, 2008. 22 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/informe-pbf/informe-pbf-gestores>. Acesso em: 10. set. 2010.

_____. _____. **Manual de Gestão de Benefícios**, 2008, p. 7-8. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/manuais-e-publicacoes-1>. Acesso em 8 set. 2010.

_____. _____. **MDS em números**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNVZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>> Acesso em: 07. out. 2010.

_____. _____. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília 2010. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/valores-dos-beneficios>>, acesso em: 21 set de 2010a.

_____. _____. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília 2010. <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 22 set de 2010b.

_____. _____. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família.** Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios> >. Acesso em: 22. Nov. 2013 c.

_____. _____. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família.** Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntasfrequentes/bolsafamilia/condicionalidades/beneficiario/codicionalidades> >. Acesso em: 23. Nov. 2013 d.

_____. _____. **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família.** Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntasfrequentes/bolsafamilia/beneficios/beneficiario/beneficio-bloqueio> >. Acesso em: 23. Nov. 2013 e.

_____. _____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, 2005.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, M. G. “Feminização da pobreza” em cenário neoliberal. **Mulher e trabalho:** publicação especial do convênio da pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre – PED – PMPA/ Irene M.S Galeazzi (org). – Porto Alegre: FEE, 2001.

CORREIA, M. O. G; BACHA, E. P. **Curso de direito da seguridade social** . São Paulo: Saraiva, 1998.

COSTA, D. M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família:** implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/29P.pdf> >. Acesso em: 19 abr. 2010.

COSTA, L. C. **Os impasses do estado capitalista:** uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

_____. (Org.). Políticas Sociais no Mercosul: desafios para uma integração regional com redução das desigualdades sociais. **Estado e Democracia:** Pluralidade de Questões. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FARAH, Marta. (2004), “**Políticas públicas e gênero**”. Em GODINHO, Tatau [e]SILVEIRA, Maria Lúcia (orgs). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher.

FONSECA, A. M. **Discurso da Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2003 (Divulgado pela Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação).

FREITAS, R. C. M. Programas de Combate à Pobreza: o poder das mulheres às avessas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 29, n. 96, nov. 2008.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. Tradução de Miriam Nobre. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). **Caderno Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo, n. 3, p. 55-64, dez. 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

MAGALHÃES, K. A.; COTTA, R.M.M.; GOMES,K.O.; FRANCESCHINNI,S, C ,C.; BATISTA, R. S.; SPARES, J. B. **Entre o Conformismo e o sonho**: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das condições de Amarty Sen. Physis Revista de Saúde Coletiva 21[4]: 1493-1514:Rio de Janeiro 2011.

MAIA, A. S. **Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda**. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/46P.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. **Gênero e Combate à pobreza**: Programa Bolsa Família. Revista Estudos Feministas 17 (3): 312: Florianópolis, 2009.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. Brasília: Cepal, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 10 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVELLINO, M. S. F. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004. **Anais...** Caxambu (MG), 2004.

PEIXOTO, S. L. F. **Os significados do programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. 2010. 193 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. 2010.

PEREIRA, L. L.; et al. **Efeitos do Programa Bolsa Família nas condições de vida de beneficiários em municípios de muito baixo IDH**. 2010. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/33M.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2010.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R.; SARTOR, C. S. D. **Pesquisando: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Universitaria Santa Ursula, 1999.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998.

SCHAMBAKLER, F. **As mulheres responsáveis pela transferência de renda do programa bolsa família no município de Ponta Grossa**. 2010. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (graduação) – Bacharelado em Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SILVA, L. A. M. **Política pública do trabalho, emprego e renda no Brasil na década de 90 e sua interface com a política pública de assistência social, no Estado do Paraná**. 2005. 171 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. 2005.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. (Coord.) **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Terezina: UFPI, 2008b.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de serviço social; v. 3).

TEBET, M. **Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol. 5 – nº 2 – ABR/MAI/JUN 2012 – PP. 295-334.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Quem é o responsável legal pelo Cadastro Único?
2. Idade:
3. Escolaridade:
 - () analfabeto
 - () 4º série incompleta do ensino fundamental
 - () 4º série completa do ensino fundamental
 - () Ensino Fundamental incompleto
 - () Ensino Fundamental completo
 - () de 5º a 8º série incompleta do ensino fundamental
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino médio incompleto
 - () Ensino Médio Completo
4. Situação do responsável pelo benefício no mercado de trabalho:
 - () assalariado com carteira de trabalho
 - () assalariado sem carteira de trabalho
 - () autônomo com previdência social
 - () autônomo sem previdência social
 - () aposentado/ pensionista
 - () não trabalha
5. Número de membros na família:
6. Há quanto tempo recebe a transferência de renda do PBF?
7. Quais são suas responsabilidades enquanto a responsável pelo benefício?
8. O fato de ser a responsável pelo Benefício mudou ou não a relação de seus familiares para com você?
9. Você sabe quais são as condicionalidades para permanecer recebendo os recursos do Programa Bolsa Família? Como ficou sabendo?
10. Já teve seu benefício bloqueado? Se sim, o que fez para desbloquear?
11. Estar incluída no Programa Bolsa Família mudou alguma coisa na rotina de sua vida?
12. A partir de seu ingresso no PBF, mudou algo em relação as condições de saúde e educação da sua família?
13. Você participa das atividades que o CRAS realiza? E se participa, quais são as atividades que você participa e como se organiza para participar?